

Alex Santos Santana

**Forças Armadas e Política:
As Forças Armadas no processo de redemocratização
em 1945.**

Monografia apresentada ao
Departamento de História e Economia
como requisito parcial para a obtenção
do Título de Licenciado em História, do
Instituto Multidisciplinar da
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro.

Nova Iguaçu

2011

Alex Santos Santana

**Forças Armadas e Política:
As Forças Armadas no processo de redemocratização
em 1945.**

Monografia apresentada ao
Departamento de História e Economia
como requisito parcial para a obtenção
do Título de Licenciado em História, do
Instituto Multidisciplinar da
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Surama Conde Sá Pinto (Orientadora) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- IM.

Prof^º. Dr^º. Fernando da Silva Rodrigues – Universidade Severino Sombra.

Prof^º. Dr^º. Álvaro Pereira do Nascimento – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- IM.

Nova Iguaçu

2011

RESUMO

A monografia procurou fazer um levantamento do panorama político dos últimos anos do Estado Novo, para isso, utilizamos autores que trabalham com o período e o relatório Nº 10, datado de dezembro de 1944, da Subseção de Informação da Secretaria Geral do Ministério da Guerra. Apresentamos também, um debate teórico e ideológico da relação entre militares e política no Brasil. Por fim, testamos a aplicação das teorias e ideologias no ano de 1945 através de cartas passivas enviadas a Góis Monteiro no ano de 1945.

ABSTRACT

The paper sought to survey the political Landscape in recent years of the Estado Novo, for this, working with authors use the period and report No. 10, dated December 1944, subsection information of the secretariat General of the Ministry of war. We also present a theoretical and ideological debate of the relationship between the military and politics in Brazil. Finally, we tested the application of theories and ideologies in 1945 through letters sent to passive Gois in 1945.

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo I	
A mobilização contra o Estado Novo.....	10
O contexto externo.....	18
A redemocratização em marcha.....	21
Capítulo II	
A relação entre militares e política no Brasil: Um debate.....	25
Capítulo III	
A vida política e militar de Góis Monteiro.....	37
O papel político das Forças Armadas em 1945.....	44
Conclusão	63
Referência Bibliográfica	66

AGRADECIMENTOS.

A Prof^a. Dr^a. Surama Conde Sá Pinto, por ter dedicado horas de trabalho com a finalidade de corrigir os erros, orientar o melhor caminho para confecção da monografia e, sobretudo, servir de incentivo para novas produções acadêmicas.

Aos professores Álvaro Pereira do Nascimento e Fernando da Silva Rodrigues, que aceitaram o convite para compor a banca examinadora da monografia.

A todos os professores do Instituto Multidisciplinar, em especial do DHE, que de maneira direta ou indireta contribuíram para minha formação.

Aos amigos e amigas de formação, pelo espírito de amizade e convívio fraterno desenvolvido durante o curso.

A meus pais, por terem propiciado toda a base da minha formação de caráter moral.

A minha esposa Andréa, que suportou a minha ausência durante os seis anos da graduação.

A Deus, pois, me concedeu equilíbrio espiritual nos momentos difíceis, vividos, durante a graduação.

INTRODUÇÃO

No início da década de 1940 amplos setores da sociedade brasileira se mobilizaram para contestar o cerceamento das liberdades democráticas, que vigorava desde a implantação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Como exemplos dessas iniciativas podem ser citados a Sociedade dos Amigos da América, a ação de intelectuais mineiros que assinaram o Manifesto dos Mineiros, a atuação da União Nacional dos Estudantes, dos Juristas reunidos no Primeiro Congresso Jurídico Nacional, de escritores participantes do I Congresso Brasileiro de Escritores e intelectuais de grande importância no cenário nacional como Osvaldo Aranha e José Américo.

Mesmo com todo este movimento contra a política estadonovista, foi possível detectamos, em 1945, grupos de populares que defendiam a permanência de Vargas no poder, denominados pela literatura que estuda este período de *queremistas*.

Nosso foco principal aqui é o ano de 1945, pois marcou o fim do Estado Novo, e foi a arena onde se digladiaram setores da sociedade contra e a favor de Getúlio Vargas.

Neste quadro de embate entre grupos antagônicos, a historiografia reserva um papel importante para as Forças Armadas no processo que culminou com o restabelecimento das liberdades democráticas, materializadas nas eleições de 2 de dezembro de 1945.

Diante disto, este trabalho apresenta como proposta contribuir para a discussão sobre o processo de redemocratização na primeira metade dos anos 40 do século XX, através da análise da atuação dos militares nesse processo no ano de 1945.

Acreditamos que a relevância deste trabalho, do ponto de vista social, está relacionada à possibilidade de contribuir para fomentar nos dias atuais a discussão sobre o papel das Forças Armadas nos regimes democráticos. Como destaca José Murilo:

Reiterando o que disse em mais de um dos capítulos deste livro, a discussão, justificação e definição do papel das Forças Armadas em regime democrático cabem à sociedade e a seus órgãos de representação, tanto quanto a elas próprias. E tal discussão só pode ser feita eficazmente com a ajuda de pessoas que disponha de conhecimentos especializados.¹

¹ CARVALHO, José Murilo de. Conclusão. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p, 197.

A importância deste trabalho, do ponto de vista acadêmico, é mostrar para os pesquisadores uma das possibilidades do emprego das fontes provenientes dos arquivos militares, como as que existem no Arquivo Histórico do Exército.

Gostaria de destacar ainda, o meu interesse pelo estudo da relação entre militares e política, como justificativa para elaboração deste trabalho. Interesse que surgiu no dia a dia vivido na caserna e se intensificou com a vida acadêmica.

Do ponto de vista teórico, partimos das duas principais vertentes sobre a relação entre militares e política no Brasil, da instauração da República, em 1889, até o início da década de 1960.

A primeira vertente tem como um dos seus representantes Alfred Stepan². De acordo com esse autor, as Forças Armadas brasileiras eram um subsistema do sistema político. A segunda vertente é a organizacional, que apresenta como perspectiva o estudo dos aspectos internos da instituição militar para se obter uma compreensão da atuação política das Forças Armadas. Esta teoria encontra eco nos trabalhos de José Murilo de Carvalho³ e de outros pesquisadores.

As fontes utilizadas para testar o alcance dos modelos interpretativos propostos pelos estudiosos da relação entre militares e política foram cartas enviadas a Góis Monteiro, no mês de março de 1945, por oficiais gerais, que analisavam a situação política do país no período e traçavam a proposta de atuação política das Forças Armadas diante da realidade política do Brasil no período. Também analisamos cartas, endereçadas a Góis, de representantes de outros segmentos da sociedade: um mecânico, um industrial e um político.

Foram analisadas missivas enviadas a Góis pelos seguintes militares e civis: General Pedro Cavalcanti, General Cordeiro de Farias, General Agostinho Santos, General Renato Paquet, Brigadeiro Gervásio Duncan e mais uma carta cujo nome do General não foi possível identificar. Além dos militares verificamos a carta de Arlindo Sobral, operário; José Soares, Presidente dos sindicatos das indústrias têxtil; e Fábio Sodré, político, psiquiatra e psicólogo.

Utilizamos ainda o Relatório número 10, datado de dezembro de 1944, da Subseção de Informação da Secretaria do Ministério da Guerra. O documento aborda

² STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

³ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

conflitos políticos no final do ano de 1944 e início de 1945, de acordo com a ótica do Exército.

Os recursos utilizados no tratamento das fontes foram: os aspectos intratextos, ou seja, as informações contidas no texto como discurso da época de sua produção; os aspectos intertexto, isto é, as divergências e convergência entre as cartas analisadas, e por fim o contexto sócio-político de produção das fontes.

No primeiro capítulo é apresentado um panorama geral da situação política dos últimos anos do Estado Novo, destacando o contexto político interno e os eventos externos que tiveram influencia na política brasileira neste período.

No segundo capítulo são apresentadas algumas das principais linhas de interpretação sobre a relação entre militares e política no Brasil.

No terceiro capítulo, na primeira parte, é feito um panorama da vida política e militar de Góis, já que os documentos aqui utilizados fazem parte do seu acervo e as missivas foram enviadas para ele. Na segunda parte, à luz da documentação indicada, são testados o alcance dos modelos explicativos elaborados a respeito da atuação dos militares na política brasileira, tomando como referencial o ano de 1945.

CAPÍTULO I

A mobilização contra o Estado Novo.

Os últimos anos do Estado Novo no Brasil são marcados por uma série de manifestações de repúdio ao modelo político inaugurado no Brasil em 1937. Os autores que escrevem sobre o período divergem no que diz respeito à importância conferida a algumas manifestações contrárias ao regime. Cada um enfatiza determinado evento como desencadeador do processo de críticas. Tendo em vista esse quadro, este capítulo apresenta como objetivo central discutir os fatores que influenciaram direta ou indiretamente a derrubada do Estado Novo no Brasil, tomando como base de análise a produção acadêmica relativa a esse tema.

...

De uma maneira geral, a produção historiográfica relativa ao período de redemocratização aponta fatores internos e externos como elementos explicativos para a compreensão do processo político que teve como ápice a retirada de Getúlio Dornelles Vargas do poder, em 29 de outubro de 1945.

Abordaremos aqui, primeiramente, os fatores internos.

Baseado em uma entrevista concedida por Juracy Magalhães, em 11 de fevereiro de 1976⁴, Hélio Silva ressalta que o ex-Governador da Bahia renunciou um dia após a instauração do Estado Novo por não concordar com o estabelecimento de uma ordem autoritária no país. Posteriormente, uma grande manifestação de apreço à sua decisão é traduzida por Hélio Silva como a primeira atitude pública de contestação ao regime instituído por Vargas.

Tempos depois, quando cursava a Escola do Estado Maior, a turma a que pertencia Juracy Magalhães foi designada para fazer manobras no Nordeste. Seus amigos estavam ansiosos por uma oportunidade para demonstrarem o apoio que davam à sua atitude, renunciando ao governo da Bahia para não aderir ao Estado Novo. Por isso, foi organizada, em Salvador, uma grande manifestação ao ex-Governador do Estado, para quando o navio atracasse no porto⁵.

Entretanto, para Virgílio A. de Mello Franco e Thomas Skidmore foi o Manifesto dos Mineiros, lançado em outubro de 1943, que inaugurou a primeira manifestação

⁴SILVA, H. Contestação ao Estado Novo. In: *1945: Porque Depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 38.

⁵SILVA, H.Op. Cit. p, 37.

pública de contestação ao Estado Novo: “Era a primeira demonstração coletiva de protesto contra o Estado Novo”⁶.

Antes de 1945, houve apenas uma declaração importante da oposição. Em outubro de 1943, um grupo de intelectuais e políticos de Minas Gerais emitiu um cauteloso manifesto, pedindo a redemocratização do Brasil e citando a história política de Minas Gerais como prova de que a liberdade de opinião e o governo constitucional eram aspirações naturais dos brasileiros⁷.

O Manifesto dos Mineiros⁸ é visto como um esforço coletivo, da intelectualidade mineira, de contestar o regime varguista.

Foi, de fato, a expressão de uma atitude coletiva, isto é, coletiva no sentido da arregimentação de grupos, da elite intelectual — elite, como deve ser entendida em ciência política. Assim, aqueles grupos, entrelaçados por uma mesma visão do nosso passado e por uma mesma esperança do nosso futuro, já desde 1942 se movimentava para dar um testemunho regional que viesse chamar a atenção do país, através de um impacto emotivo, sobre o estado em que nos encontrávamos e sobre a conveniência da modificação desse estado, em busca de instituições democráticas efetivas⁹.

Virgílio A. de Mello Franco também ressalta que o documento foi uma crítica inteligente que, independente da brandura da linguagem, revelou o dogma que servia de alicerce à estrutura do Estado Novo:

O da chefia nacional, eufemismo vernáculo do fuehrer-prinzip, ou avatar enfurecido do poder pessoal, combatido no Império por muitos dos maiores homens daquele tempo; em suma— terrível forma de usurpação da soberania popular, porque, dispensando de negá-la, impunha-se como caracterização moderníssima de um Estado renovado em seus fundamentos.¹⁰

Ainda no plano da contestação interna à política estadonovista, encontramos a formação da Sociedade dos Amigos da América. O General Manuel Rabelo, em fins de 1942, reuniu um grupo de amigos com a finalidade de organizar a Sociedade dos Amigos da América, fundada em primeiro de janeiro de 1943, em sessão solene no Teatro Municipal do Rio de Janeiro¹¹. Num ambiente onde as liberdades políticas ainda estavam cerceadas nenhum órgão, sociedade ou agremiação que ameaçasse a ordem política vigente funcionou sem sofrer perseguições por parte do regime Varguista.

⁶FRANCO, Virgílio. A. de Mello. 1937-1945 In: *Campanha da U.D.N (1944-1945)*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946. p. 13.

⁷SKIDMORE, Thomas. Fim do Estado Novo; Governo Dutra 1945-1950. In: *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 73.

⁸SILVA, H. Op. Cit. p. 63.

⁹SILVA, H. Op. Cit. p. 63.

¹⁰FRANCO, V. A. de M. Op. Cit. p. 14.

¹¹Sessão solene de fundação da SAA, apud. SILVA, H. Op. Cit. p. 41.

A 10 de Agosto de 1944, a sede da Sociedade Amigos da América, localizada no edifício do Automóvel Clube, na véspera de homenagens ao Ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha, foi fechada por agentes da polícia, seguindo ordens do Chefe de Polícia do Distrito Federal - Coriolano de Góis¹². Além desse ato hostil contra a Sociedade, a censura determinou aos jornais que nada publicassem sobre a referida instituição, nem sobre o General Manuel Rabelo¹³. Estes fatos indignaram o Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, que pediu demissão do cargo em caráter irrevogável. A 21 de agosto, Aranha escreveria ao Presidente:

“Getúlio

Há dez dias aguardo a minha demissão. Não mereci, nesses todos dias, qualquer decisão tua ou do Governo.

Esta demora só a posso interpretar como mais uma falta de consideração ao amigo e ao Ministro. Nada mais me resta, pois, de que deixar o Ministério por conta própria, do que te dou comunicação e darei às nossas missões.

Osvaldo Aranha”¹⁴

O manifesto da Sociedade dos Amigos da América, publicado em 27 de março de 1945 no Correio da Manhã, opõe-se a qualquer apoio prestado ao Estado Novo e proclama a redemocratização do país:

—A SAA com força progressista que é atenta à opinião pública e aos interesses do povo, opõe-se a qualquer conchavo com o situacionismo estadonovista, isto é, com o ditador ou qualquer um dos seus agentes — que perderam a confiança da nação muita vezes ludibriada — qualquer que seja a forma por que seja apresentada:

— A SAA continuará empenhada na luta pela redemocratização do Brasil — ponto de partida para a concretização dos destinos superiores do nosso povo. Continuará corajosamente mantendo erguida a bandeira da anistia política ampla e irrestrita, de que foi pioneira como base indispensável à democracia brasileira¹⁵.

Ainda nesse período, foi promovido, em 1943, pelo Instituto dos Advogados do Brasil, em comemoração ao centenário de sua fundação e instalação, o Primeiro Congresso Jurídico Nacional e a Terceira Conferência Interamericana Bar Association. Os dois eventos tiveram o apoio do governo, com a presidência de honra conferida a Getúlio Vargas e a efetiva ao ministro da Justiça Alexandre Marcondes Filho.

¹² Fechamento da sede da SAA, apud. SILVA, H. Op. Cit. p, 42.

¹³ SILVA, H. Op. Cit. p, 42.

¹⁴ Bilhete manuscrito de Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas, 21-8-1944, Arquivo de Getulio Vargas – Vol 44- Doc 64^a, apud. SILVA, H.Op. Cit. p, 43

¹⁵ Manifesto da SAA Correio da manhã Rio de Janeiro, 27- 03- 45, pág. 14, apud. SILVA, H. Op. Cit. p, 46

O governo tentou controlar a composição das delegações estaduais, através dos interventores, entretanto não logrou êxito em Minas Gerais, Bahia e no Distrito Federal que tiveram as suas delegações compostas por juristas contrários ao Estado Novo.

Pedro Aleixo, representante da delegação mineira e ex-presidente da Câmara dos Deputados, dissolvida pelo golpe de 10 de novembro de 1937, juntamente com congressistas baianos e cariocas representaram na esfera jurídica a oposição ao regime que vigorava no país.

O discurso do Jurista Sobral Pinto, em homenagem a Pedro Aleixo, e cujo tema era a verdadeira ordem jurídica democrática, deixa evidente a posição dos juristas, que clamavam pelo restabelecimento das liberdades individuais.

A democracia que vos interessa, e pela qual não cessais, não cessamos de batalhar com o vosso e o nosso exemplo de juristas abnegados, no seio da sociedade onde atuais e atuamos, é a que aspira, pelo contrário, harmonizar, numa ordem jurídica estável, o exercício pleno da autoridade pública com o respeito intransigente ao direito individual de cada um dos cidadãos honestos, que trabalham, entre nós, dia e noite, animados de nobres sentimentos de paz, de ordem, e de justiça, para o progresso sempre crescente do bem comum da Nação Brasileira.¹⁶

Ainda sobre o discurso de Sobral Pinto, Hélio Silva conclui o seguinte:

Ninguém se iluda sobre o significado da homenagem e o sentido do discurso de Sobral Pinto. Era mais uma contestação ao regime, a mais importante que se fazia porque dela participavam os juristas, os homens da Lei, contestando que houvesse Lei no Regime de Arbitrio que era o Estado totalitário. Tanto assim que o discurso não ficou sem resposta¹⁷.

O I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado entre 26 e 27 de janeiro de 1945 em São Paulo, representou a contestação dos escritores ao regime ditatorial liderado por Vargas e seus colaboradores¹⁸. O discurso feito por Prado Kelly, no evento, pediu legalidade democrática, sufrágio universal e a soberania popular em todas as nações.

Primeiro— A legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito a uma existência digna.

Segundo — O sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto.

Terceiro — Só o pleno exercício da soberania popular, em todas as nações, tornar possível a paz e a cooperação internacionais, assim como a independência econômica dos povos.

¹⁶ Discurso do jurista Sobral Pinto, apud. SILVA, H. Op. Cit. p, 54.

¹⁷ SILVA, H. Op. Cit. p, 54.

¹⁸ SILVA, H. Op. Cit. p, 78.

Conclusão — O Congresso considera urgente a Necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios aqui enunciados, que são aqueles pelos quais se batem as Forças Armadas do Brasil e das Nações Unidas¹⁹

A entrevista de José Américo²⁰, candidato da frustrada campanha eleitoral de 1937, em 22 de fevereiro de 1945, pode ser tomada como produto do amadurecimento de ideias que circulavam desde o fim do ano de 1943 e materializando-se em 1945 graças aos esforços de Luís Camilo de Oliveira Neto. A entrevista estabeleceu também uma postura nova da imprensa frente aos censores do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda):

O impacto causado pelas palavras de José Américo provocou uma reviravolta na atitude da imprensa. A entrevista pode ser considerada como um marco na política brasileira, pois foi a desmoralização, de fato, seguida do desaparecimento, da censura de imprensa pelo governo ditatorial²¹.

Na visão de Virgílio A. de Mello Franco “ José Américo acabou de arrebentar os diques da ditadura”²².

Para Skidmore²³, a publicação do ponto de vista de José Américo representou a falha dos censores em evitar a publicação da entrevista e era um sinal claro de que o ditador estava cedendo terreno diante da oposição.

Já para Jorge Ferreira a entrevista demonstrou “à sociedade que os censores do DIP haviam se afastado das redações dos Jornais²⁴”.

Ferreira defende que a partir do segundo semestre de 1944 o Estado Novo já dava sinais de esgotamento político e que os movimentos de contestação de âmbito interno tiveram um papel importante nesse novo cenário político:

Os grupos e movimentos mais conhecidos de resistência à ditadura foram a União Nacional dos Estudantes (UNE); os comunistas seguidores de Luís Carlos Preste, que organizaram a comissão nacional de Organização Provisória (CNOP); liberais unidos na chamada “oposições coligadas”; banqueiros e financistas que, majoritariamente, assinaram o “manifesto dos Mineiros; grupo civis e militares aglutinados na Sociedade dos Amigos da América e na Liga de Defesa Nacional²⁵.

¹⁹ Discurso feito por Prado Kelly, apud. SILVA, H. Op. Cit. p, 82.

²⁰ SILVA, H. Op. Cit. p, 83.

²¹ SILVA, H. Op. Cit. p, 96

²² FRANCO, V. A. de M. p. 17.

²³ SKIDMORE, T. Op. Cit. p, 73.

²⁴ FERREIRA, Jorge. A Democratização de 1945 e o Movimento Queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo da Experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p, 16.

²⁵ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p, 44.

Corroborando com a assertiva de Ferreira, que no segundo semestre de 1944 o Estado Novo demonstrava enfraquecimento político, o relatório n° 10 do Gabinete da S.S.I (Sub Seção de Informações)²⁶, de dezembro de 1944, da Secretária Geral do Ministério da Guerra, traz revelações importantes sobre a situação política nacional naquele momento.

O relatório começa destacando que a situação política estava se tornando insuportável, tendo em vista o crescimento da oposição ao regime vigente. A fonte afirma categoricamente o crescimento dos grupos de oposição ao governo.

Outro dado importante é que — em dezembro de 1944, cinco meses antes do Decreto Lei n° 7.586, de 28 de maio de 1945, que regulou em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4° da Lei Complementar n° 9, de 28 de fevereiro de 1945— já circulava entre os oposicionistas e admitia-se por parte do governo a ideia da realização de eleições presidenciais no ano seguinte.

Considerando as diferentes comunicações que temos transcrito, verificamos que a situação vai aos poucos se tornando insuportável — provocada por elementos que se querem prevalecer de uma perturbação interna para conseguir seus fins — aumentada, agora, com a notícia das futuras eleições.²⁷

Já se cogitava, na capital federal, o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes e o do General José Pessoa, presidente do clube militar na época, como presidenciáveis no ano seguinte.

De acordo com o que se sabe e circula nesta capital, a candidatura do General José Pessoa já está sendo cogitada por inúmeros oficiais do Clube Militar e bem assim a grande maioria dos oficiais da Aeronáutica em favor do Brigadeiro Eduardo Gomes.²⁸

Além de Eduardo Gomes e do General José Pessoa falava-se da candidatura do General Gaspar Dutra, que seria lançada em momento oportuno. Segundo o relatório, a candidatura de Dutra era interpretada por alguns setores como meio de sondagem da opinião pública para a implantação de uma ditadura militar constituída por três membros das classes armadas.

A candidatura do General Gaspar Dutra, algumas fontes vão além comentando que isso será apenas uma sondagem da opinião pública para a

²⁶ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Não Existe no relatório o significado da sigla S.S.I, o mais provável que o significado da sigla seja Sub seção de Informação.

²⁷ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Relatório S.S.I 1ª parte. p. 1.

²⁸ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Relatório S.S.I 1ª parte. p. 4.

implantação de uma Ditadura Militar constituída por três membros das classes armadas.²⁹

Edgard Carone confirma a ideia de que existiu, entre alguns militares, a vontade de implantação de um triunvirato militar:

Os dois candidatos à Presidência da República afastam as correntes que pretendem a formação de um triunvirato militar ou a posse do atual Ministro da Guerra, General Góes Monteiro.³⁰

O Estado de São Paulo, ainda segundo o relatório, era o local onde a oposição ao regime encontrava terreno propício para se desenvolver, devendo as autoridades do Estado manter maior vigilância.

Segundo comunicamos em diferentes relatórios, esses movimentos, vem, sobretudo, se processando no Estado de São Paulo, onde a massa dos descontentes é notória.³¹

Fica evidente também no relatório que, apesar do enfraquecimento político do regime, no segundo semestre de 1944, os aparelhos de repressão do Estado continuavam atuando de forma intensa e plena.

Assim segundo linhas acima indicamos, estão sendo presos grande numero de indivíduos e tendo em vista a forma porque são inquiridos, logo mencionam seus demais partidários, motivo porque as prisões estão se abastecendo de detidos, todos de natureza política, sendo seu numero, atualmente, bastante frizante, devendo, conseqüentemente ser aumentado, dado as proporções que estão tomando as prisões diárias, sobretudo, os elementos comunistas, cujo número já é assustador.³²

Muitos dos presos políticos naquele momento estavam vinculados à Sociedade dos Amigos da América: “Na apreciação dos respectivos nomes verificamos que alguns deles já constam com feitos já bem conhecidos na Sociedade Amigos da América”³³.

O relatório, riquíssimo em informações, menciona, na 3ª parte, o terceiro Congresso Mineiro de Estudantes, que se verificou na Capital Mineira, prolongando-se do dia 24 ao dia 30 de outubro de 1944.

²⁹ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Relatório S.S.I 1ª parte. p. 4.

³⁰ CARONE, Edgard. O Interregno José Linhares 29-10-1945 - 31-1-1946 In: *A República Liberal II Evolução Política 1945-1946*. São Paulo: Difel, 1985. p. 11.

³¹ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Relatório S.S.I 1ª parte. p. 2.

³² AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Relatório S.S.I 1ª parte. p. 5.

³³ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Relatório S.S.I 2ª parte. p. 8.

As informações do relatório — uma lista com nomes completos contendo identidade, data de entrada e saída de Minas Gerais e procedência dos congressistas — deixam claro alguns pontos. Primeiro, que a União Nacional dos Estudantes foi um grupo ativo na contestação ao Estado Novo. Segundo, que toda logística destinada a vigiar os estudantes revela que os eventos patrocinados pela UNE preocupava o governo.

O relatório ressalta que as críticas dos estudantes ao regime eram fortes: “Um deles, como já mencionamos em relatório anterior, usou da palavra por ocasião de uma das reuniões do congresso, atacando violentamente o regime vigente”³⁴.

A 4ª parte do documento traz dados sobre o cenário político em São Paulo, dias antes e durante a visita do Presidente da República ao Estado, em 8 de dezembro de 1944.

O serviço de inteligência³⁵ destaca que, um dia antes da chegada de Getúlio a São Paulo, foram sufocadas rebeliões na Escola de Aeronáutica, no Quartel General da 2ª Região Militar e no Quartel General da Polícia Militar, sendo presos inúmeros oficiais dessas unidades militares. Mas a inteligência menciona que faltavam dados mais aprofundados sobre estas rebeliões.

O ex-interventor de São Paulo, Adhemar de Barros, e o ex-secretário de segurança, segundo o relatório, foram presos acusados de serem os responsáveis por distribuir boletins contrários ao regime.

Um dos boletins, transcrito no relatório, trazia a seguinte mensagem à população da capital paulista:

A resposta que deveis dar a essa afrontosa visita, é deixar as ruas desertas, as casas trancadas porque assim o exigem o sangue de nossos irmãos que tombaram na Europa, pela democracia e por um mundo melhor e a miséria e a fome que estais passando.
Que São Paulo inteiro esteja de luto enquanto aqui estiver o ditador Getulio.³⁶

Outro boletim, transcrito também no relatório, de autoria do Partido Acadêmico Libertador, endereçado aos estudantes de direito, destaca que a mocidade acadêmica precisava estar atenta às estratégias que o governo lançaria mão para se conservar no poder.

³⁴ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Relatório S.S.I 3ª parte. p.10.

³⁵ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Relatório S.S.I 4ª parte. p.11.

³⁶ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Relatório S.S.I 4ª parte. p. 11.

Se assim não for, continuará o país sob o mandonismo dos chefes salvadores, com as liberdades publicas e particulares cerceadas através das vastas organizações policiais, da censura a palavra e dos tribunais.³⁷

O contexto externo.

Como ficou claro no exposto acima, o cenário político nacional não era nada confortável para o governo. Além dos questionamentos internos, dois eventos de ordem externa serviram para aumentar o choque entre oposição e governo, foram eles: a Segunda Guerra Mundial e o peronismo na Argentina.

O próprio Manifesto dos Mineiros destaca que enquanto lutávamos na Europa contra regimes ditatoriais no Brasil as liberdades democráticas estavam restringidas.

Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam. A base moral do fascismo assenta sobre a separação entre governantes e governados, ao passo que a base moral e cristã da democracia reside na mútua e confiante aproximação dos filhos de uma mesma pátria e na conseqüente reciprocidade da prática alternada do poder e da obediência por parte de todos, indistintamente.³⁸

A contestação do Manifesto dos Mineiros, ao regime político vigente no Brasil, não poderia ficar sem resposta. A 10 de novembro de 1943, na comemoração do aniversário do Estado Novo, Getúlio Vargas, ao inaugurar a nova sede do Ministério da Fazenda, o edifício da Avenida Antônio Carlos, no Rio de Janeiro, menciona o contexto internacional, porém como justificativa para a manutenção do status quo enquanto durasse a guerra. Ao mesmo tempo em que Vargas pregava a manutenção do Estado Novo ele assumiu o compromisso de restabelecer o regime democrático após o fim da Guerra, mas mediante uma abertura conduzida por ele.

O nosso maior inimigo ainda será a divergência interna. Não preciso lembrar exemplos de outras nações. Está no consenso de todos que a pior forma de impatriotismo quando nos achamos em plena luta, é impedir ou dificultar, por qualquer modo, o esforço comum para vencer a guerra. Não temos tempo para desperdiçar na interpretação de fórmulas ideológicas e no exame de conveniência políticas de simples finalidade eleitoral. No fundo da nossa consciência sentiríamos remorso se contribuíssemos para lançar o povo brasileiro nos excessos de uma agitação partidária com o fim de tranquilizar os pruridos demagógicos de alguns leguleios em férias. É singular e merece reparo irônico que esses inquietos reformadores improvisados, sempre

³⁷ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 12 pasta 2. Relatório S.S.I 5ª parte. p. 14.

³⁸ Manifesto dos Mineiros, apud. SILVA, H. Op. Cit. p. 70.

conhecidos no cenário político pelas suas tendências retardatárias, se erijam em profetas democráticos, exatamente na ocasião em que os povos da velha estrutura representativa preferem adiar as convocações à vontade popular e manter os chefes nos seus postos. Quando terminar a guerra, em ambiente de paz e ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro³⁹

O discurso de Osvaldo Aranha⁴⁰, por ocasião da reabertura da Sociedade dos Amigos da América, e o de Prado Kelly⁴¹, no encerramento do I Congresso Brasileiro de Escritores, mostram que o contexto internacional, da Segunda Guerra Mundial, e a posição do Brasil ao lado das democracias liberais no conflito, foram utilizados como ponte para se questionar o Estado Novo e pedir a abertura política.

Meus senhores:

Foi pela vitória da democracia que entramos, os Amigos da América, em dias de crise e incerteza, nas arenas das reivindicações políticas. Foram os inimigos da democracia os piores, porque eram adoradores de Hitler, de Mussolini e de Hiroito, os que fecharam as nossas portas.

Somos os mesmos lutadores, e o mesmo é o nosso fanal: não malqueremos a ninguém, mas bemqueremos ao Brasil.⁴²

— O Congresso considera urgente a necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios aqui enunciados, que são aqueles pelos quais se batem as Forças armadas do Brasil e das Nações Unidas⁴³.

O cenário internacional também é lembrado na entrevista de José Américo como exemplo de que o Brasil precisava seguir os rumos da redemocratização:

Embora não queiramos sofrer influências estranhas, evidentemente o Brasil tem de receber os reflexos da guerra, que é uma luta pela sobrevivência e purificação da democracia... A vitória que os nossos compatriotas da FEB foram buscar na Europa é uma vitória para o futuro do Brasil... Foi a resistência vital das democracias que salvou a nossa independência⁴⁴.

Além dos documentos da época, autores como Thomas Skidmore, José Murilo de Carvalho e Jorge Ferreira ressaltam o contexto internacional na análise do processo de redemocratização nos últimos anos do Estado Novo.

³⁹SILVA, H. Op. Cit. p, 77(Getúlio Vargas, A nova política do Brasil, Livraria José Olympio Editora, Vol. X. pag 178).

⁴⁰SILVA, Hélio. Anexos. In: *1945: Porque Depuseram Vargas*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro 1976. p, 472. (Discurso publicado em o Correio da Manhã - Rio de Janeiro- 21-04-1945 - pag 1).

⁴¹SILVA, H.Op. Cit. p, 79.

⁴² discurso publicado em o Correio da Manhã - Rio de Janeiro- 21-04-1945 - pag 1, apud. SILVA, H. Op. Cit. p, 477

⁴³SILVA, H. Op. Cit. p, 82.

⁴⁴ Correio da Manhã – Rio de Janeiro, 22-2-1945 – pag 14, apud. SILVA, H. Op. Cit. p, 89

À medida que maré da guerra mudava a favor dos aliados, em 1943, Vargas foi se preparando para a nova atmosfera política que seria criada por uma vitória aliada⁴⁵.

À medida que se tornava previsível a vitória dos aliados, intensificou-se a preparação para a democratização e o apelo aos operários⁴⁶.

Com o avanço das tropas Aliadas e a derrota, agora vista como inevitável, do nazifascismo europeu, o Estado Novo, sobretudo no segundo semestre de 1944 dava mostrar de esgotamento político⁴⁷.

O segundo fator externo que teve influência na política interna brasileira foi fenômeno político Argentino do peronismo. Dois autores mencionam o contexto político Argentino como influenciador da política nacional: José Murilo de Carvalho e Thomas Skidmore.

Para José Murilo, Vargas tentava buscar o apoio de um novo ator político, os operários, a semelhança dos últimos acontecimentos na Argentina. Essa nova postura de Vargas conclui José Murilo:

Foi a causa imediata do divórcio entre Vargas e as Forças Armadas que, então tomadas pelo anticomunismo e pela pretensão de guiar o Estado, não aceitaram a inclusão de um novo ator político que lhe era política e ideologicamente antagônico⁴⁸.

Para Thomas Skidmore, Vargas tomava atitudes, nos últimos meses do Estado Novo, que estimulavam especulações maiores com respeito à sua verdadeira atitude diante das eleições iminentes. Ressalta Thomas Skidmore:

Estaria o ex-ditador planejando uma repetição de 1937, quando libertou a esquerda de molde a justificar o seu próprio golpe? Ou estaria estudando uma nova era política baseada no apoio operário militante, tal como o que Perón havia mobilizado na Argentina, a partir de seu golpe de 1943⁴⁹?

Sobre a influência do peronismo, Thomas Skidmore ainda destaca que: “A volta triunfal de Perón ao poder na Argentina, a 17 de Outubro, depois de ter sido deposto, apenas oito dias antes, advertia aos adversários do ditador brasileiro quanto aos riscos de fracasso dos liberais em outra parte”⁵⁰.

Diante do exposto acima ficou claro os seguintes pontos: em primeiro lugar, tanto o governo como a oposição, a partir do Manifesto dos Mineiros, baseavam-se no

⁴⁵SKIDMORE, T. Op. Cit. p, 72

⁴⁶CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os Militares: Aprendiz de Feiticeiro. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006. p,111.

⁴⁷FERREIRA. J. Op. Cit. p. 16.

⁴⁸CARVALHO. J. M. de. Op. Cit. p, 111.

⁴⁹SKIDMORE, T. Op. Cit. p, 76.

⁵⁰SKIDMORE, T. Op. Cit. p, 77.

contexto externo para justificar as suas posições políticas. A oposição destacou que o Brasil lutava na Europa contra regimes ditatoriais, mas a realidade interna do país era de um regime ditatorial, ou seja, de cerceamento das liberdades democráticas. Já o governo argumentava que, diante da guerra, qualquer mudança na estrutura do Estado Novo poderia comprometer o esforço de guerra, logo, mudanças na estrutura política só poderiam ser efetivadas após o término do conflito. Com a vitória iminente dos aliados na Europa, o governo começou a tomar medidas que apontavam para a abertura política. Por outro lado, a situação na Argentina serviu para alertar a oposição de que Vargas poderia estar articulando sua permanência no poder tendo como alicerce a militância operária.

A redemocratização em marcha.

Diante da oposição, cada vez mais intensa em 1945, Vargas resolve, “marchar para a democratização, procurando, contudo, romper o menos possível com a estrutura do Estado Novo⁵¹”. Deixando claro que iniciativa da reformulação constitucional partia do Governo e em função dos efeitos da guerra, sendo também uma forma de atender às aspirações populares:

A primeira medida tomada pelo governo, com vista a democratização, foi a Lei constitucional nº 9 de 28 de fevereiro de 1945, também chamada de ato adicional pelos políticos e jornais. O ato adicional previa que, dentro de 90 dias, seria baixado um decreto fixando a data das eleições diretas para a Presidência da República, Câmara dos Deputados, Conselho Federal, Governadores e Assembleias Legislativas estaduais. Paralelo as medidas do governo, com o objetivo de controlar o retorno a um regime democrático, a oposição, em sete de Abril de 1945, se consolidava na formação do principal partido —União Democrática Nacional— anti-getúlio.

Noventa dias depois, no dia 28 de maio de 1945, como previa o ato adicional nº 9, foi publicado um decreto lei que ficaria conhecido como “Lei Agamenon”⁵². sobre esse dispositivo de lei, Lucilia Neves Delgado afirma:

⁵¹SILVA, H. Op. Cit. p,109.

⁵²DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos Políticos e Frentes Parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo da Experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de

Pela primeira vez na história republicana adotou-se como condição obrigatória para o registro de qualquer agremiação partidária seu caráter nacional. Essa medida rompeu, de forma definitiva, com a velha tradição brasileira de estruturação partidária regional, que durante anos consecutivos alimentou o poder das oligarquias estaduais.⁵³

A campanha presidencial estava oficializada, nesse ambiente surgem os partidos que passarão a dominar o cenário político brasileiro até 1964: a União Democrática Nacional (UDN) com a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, o Partido Social Democrático (PSD) com a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Cabe destacar ainda o retorno provisório à legalidade do Partido Comunista Brasileiro, já que em 1947 seu registro seria cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, com base no artigo 141 da nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

Para Skidmore, Vargas após baixar os decretos com o objetivo de redemocratizar o país tangenciou-se para a esquerda na sua política interna. Assinou em junho um decreto “antitruste”, cuja finalidade era desapropriar qualquer organização que estivesse sendo conduzida de maneira prejudicial aos interesses nacionais. O decreto passou a vigorar a primeiro de agosto e mencionava empresas nacionais e estrangeiras ligadas a associações, truste ou cartéis.

O mês de outubro de 1945 foi palco de acontecimentos que teve como auge a retirada de Vargas da Presidência. A 3 de outubro de 1945, 15º aniversário da Revolução de 1930, os “queremistas”⁵⁴ organizaram um comício em frente ao palácio Guanabara. Na ocasião, Getúlio discursou afirmando que não era candidato às eleições, qualificou o encontro de delegação da vontade popular e agradeceu por “esta demonstração cívica de tão alta significação”⁵⁵.

Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 152 (A Lei Agamenon foi elaborada por Agamenon Magalhães, ex-interventor em Pernambuco, que assumiu o Ministério da Justiça no dia 3 de março de 1945, sob determinação presidencial de regulamentar as condições de transição).

⁵³DELGADO, L. A. N. Op. Cit. p, 134.

⁵⁴FERREIRA, J. Op. Cit. p, 15. (Foi um movimento que expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultado de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o “primeiro governo” de Vargas).

⁵⁵FRANCO, A. de Mello Franco. *A campanha da UDN 1944 – 1945*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946. p, 345.

No dia 10 de outubro de 1945, ele baixaria um decreto antecipando a data das eleições estaduais e municipais para a mesma das nacionais. Tal decreto transpareceu para a oposição como uma maneira de Getúlio manipular as eleições, já que os titulares dos Cargos que desejassem se candidatar deveriam deixar os cargos trinta dias antes das eleições e outros seriam nomeados por Vargas.

A última decisão de Vargas ocorreu em 25 de Outubro de 1945, inaceitável para alguns militares, sobretudo Góis: a exoneração de João Alberto, chefe da Polícia do Distrito Federal, e a nomeação de Benjamim Vargas, irmão de Vargas, para o cargo de chefe da Polícia. O General interpretou a saída de João Alberto da seguinte forma:

O Presidente Getúlio, com esse procedimento, faltava a todos os compromissos e deveres para comigo, que me estava sacrificando para mantê-lo no governo⁵⁶.

A retirada do apoio a Vargas por parte dos militares encontra na historiografia algumas interpretações. Jose Murilo de Carvalho interpreta o divórcio entre Vargas e as Forças Armadas da seguinte forma:

À medida que se tornava previsível a vitórias dos aliados, intensificou-se a preparação para a democratização e o apelo aos operários. A imagem de Vargas como o “pai dos pobres”, o amigo dos operários, foi sendo sistematicamente construída. O movimento chegou ao auge com a proposta de uma assembléia constituinte com Vargas, que foi apoiada até mesmo pelo partido Comunista do Brasil. Essa guinada, que tinha semelhança com o fenômeno peronista em marcha na argentina desde 1943, foi a causa imediata do divórcio entre Vargas e as Forças Armadas.⁵⁷

Para Thomas Skidmore, o clima de incertezas gerado pelas ultimas medidas de Vargas, em outubro de 1945, a retirada de João Alberto da Chefia de Polícia do Distrito Federal e a nomeação de Benjamim Vargas motivaram a ação da Forças Armadas, lideradas por Góis Monteiro, na derrubada de Vargas da presidência.

A maneira pela qual Vargas havia partido era importantíssima. Como Góes Monteiro lembraria mais tarde à UDN, o ditador foi deposto do cargo, não pelo poder da oposição civil, mas por decisão do Alto Comando do Exército. Não era, portanto, uma vitória conquistada pela influencia política dos constitucionais liberais. Era, antes, um ato de força por parte dos generais. Como havia acontecido, nos momentos de críticos, em outubro de 1930 e

⁵⁶COUTINHO, Lourival. Estado Novo. In: *O General Góes depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956. p, 442.

⁵⁷CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 111.

novembro de 1937, foram os militares e não os políticos que se tornaram os imediatos guardiões do poder.⁵⁸

Para Edgard Carone “é a retirada progressiva do apoio governamental à candidatura do General Eurico Gaspar Dutra que leva os grupos civis e militares, favoráveis a ele, a se aproximarem da oposição e combinarem um golpe armado contra Getúlio Vargas”⁵⁹. Edgar Carone Ainda ressalta que, “o desgaste governamental faz com que oficiais simpáticos a Vargas se aproximem da oposição”⁶⁰.

...

Procuramos mostrar nesse capítulo que, nos últimos anos do Estado Novo, amplos setores da elite política brasileira se mobilizaram contra o regime varguista, entretanto, a decisão final da deposição de Vargas, em 29 de Outubro de 1945, foi de apanágio das Forças Armadas. Conclui José Murilo de Carvalho:

As pressões generalizadas e o receio de que Vargas tentasse permanecer no poder sustentado no apoio popular, frustrando o processo eleitoral já em curso, levaram à sua deposição pelas Forças Armadas em outubro de 1945.⁶¹

Para João Roberto Martins Filho⁶²: “coube às Forças Armadas desempenhar o papel de ator principal no processo que levaria à queda de Getúlio e ao fim do Estado Novo”.

Para Edgard Carone, o ato final de retirada de Getúlio coube às Forças Armadas, mas com pressão das forças civis atuantes. “Cabe aos militares desencadear o ato final contra o governo, participação incentivada pelas forças civis da oposição”⁶³.

Os autores citados concordam que as Forças Armadas tiveram um papel importante para a retirada de Vargas da presidência e que movimentos mais frequentes e melhores organizados contra a ditadura Varguista se iniciaram no início da década de 1940. Cabe, agora, analisar as correntes de interpretação sobre a atuação dos militares na política brasileira.

⁵⁸SKIDMORE, T. Op. Cit. p, 78.

⁵⁹CARONE, Edgard. O Interregno José Linhares 29-10-1945 - 31-1-1946. In: *A República Liberal II Evolução Política 1945-1946*. São Paulo: Difel, 1985. p, 10.

⁶⁰CARONE, E. Op. Cit. p, 10.

⁶¹CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 112.

⁶²CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 105.

⁶³ CARONE, E. Op. Cit. p, 10.

CAPÍTULO II

A relação entre militares e política no Brasil: Um debate.

Esse capítulo está voltado para a discussão dos modelos interpretativos construídos sobre a relação entre militares e política no Brasil do início da Primeira República até a primeira metade da década de 1960.

...

Coube às Forças Armadas, sobretudo ao Exército, representado pelo General Góis Monteiro, transmitir à população brasileira os acontecimentos políticos de 29 de outubro de 1945: o afastamento de Getúlio Vargas da Presidência da República e a transmissão do poder ao Presidente do Supremo Tribunal Federal - José Linhares.

O General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, em nome das classes armadas, declara que o Exmo. Sr. Presidente da República, diante dos últimos acontecimentos políticos, se afastara do Governo, transmitindo o poder ao Presidente do Supremo Tribunal Federal⁶⁴

Virgílio A. de Mello Franco comentaria o papel político das Forças Armadas em 29 de Outubro de 1945:

O certo é que as Forças Armadas brasileiras expulsaram o Sr. Getúlio Vargas do poder, quando se tornou evidente que ele tramava uma “peronada”.⁶⁵

Na produção acadêmica, do ponto de vista teórico, não existe consenso sobre o papel desempenhado pelas Forças Armadas na política brasileira, sobretudo o Exército, do início da Primeira República até o início da década de 1960.

Três autores serão tomados aqui como base de nossa análise: o cientista político Alfred Stepan, José Murilo de Carvalho e o sociólogo Edmundo Campos Coelho.⁶⁶

Na análise de Alfred Stepan, é possível observar um aspecto fundamental na relação entre civis e militares: os civis visavam manter as Forças armadas como

⁶⁴ Nota emitida pelo General Góis Monteiro. Jornal Folha da manhã, São Paulo – terça-feira, 30 de outubro de 1945.

⁶⁵FRANCO, Virgílio. A. de Mello. 29 de Outubro. In: *Campanha da UDN (1944-1945)*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946. p, 49.

⁶⁶ COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil*. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, nº 19, p. 5-19, 1º Semestre de 1985.

instrumento da política e de manutenção da ordem interna, e, ao mesmo tempo, garantir que o poder militar não usurpasse o poder político⁶⁷.

A tipologia utilizada por Alfred Stepan em sua análise comparativa de casos latino americanos pressupõe a existência de quatro modelos distintos ou tipos ideais de relação entre civis e militares: Os modelos aristocrático, liberal, comunista e profissional.

No primeiro, os oficiais se definem como aristocratas, cultivando os mesmos valores sociais e matérias da elite política civil, logo, elimina-se a tensão que poderia existir entre o poder civil e militar. Este modelo se perderia quando a própria sociedade aristocrática entra em decomposição.

No liberal, a elite civil tem consciência do conflito com os militares e articula para que os militares não tenham legitimidade para atuar na esfera política. Nesse modelo, o militar deve permanecer apolítico e neutro em qualquer assunto de política interna. As estratégias adotadas para a dominação dos militares são: manter efetivos reduzidos, criar forças regulares de compensação e manter congruência em alguns interesses comuns.

O modelo comunista atribui alto valor à força militar, à especialização e combate à visão do militar apolítico. O controle ocorre por cooptação dos militares de alta patente à causa comunista, ou seja, os interesses dos militares passam a ser os mesmos da elite civil, o que gera a distensão entre os dois grupos.

Por último, o modelo profissional, que, tal como no comunista, tem o objetivo de manter uma força militar forte e totalmente sob o controle do governo civil. Este projeto tem como principais características: a ênfase na defesa externa e nos aspectos puramente profissionais da função militar, restrição à ampliação do papel institucional das Forças Armadas e neutralidade política.

Segundo Stepan o principal teórico deste modelo é Samuel Huntington⁶⁸.

A teoria Huntingtoniana postula que o caminho mais correto para manter os militares afastados da política é através do controle civil objetivo, alcançado unicamente pela maximização do profissionalismo militar, isto é, a busca de objetivos profissionais pelos militares faz com que o militar se restrinja a sua esfera própria não política. Huntington ainda ressalta que:

⁶⁷ STEPAN, Alfred. O Padrão Moderador das Relações entre Civis e Militares: Brasil, 1945-1964. In: *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 46

⁶⁸ STENPA, A. Op. Cit. p. 48

Controle civil objetivo não só reduz o poder dos militares ao nível mais baixo possível vis-à-vis com todos os grupos civis, como também maximiza a probabilidade de se alcançar a segurança militar.⁶⁹

Na visão de Alfred Stepan, a teoria de Huntington pressupõe que o controle dos militares acontece não por congruência de interesses ou de extensos esquemas de controle, mas pelo reconhecimento dos civis do profissionalismo militar autônomo. No momento em que os militares encontram-se ocupados com os objetivos profissionais, as suas energias se restringem à sua esfera própria não política. Os militares passam a obedecer não porque concordam com as políticas adotadas pelos civis, mas porque é sua obrigação.

Para Stepan, na América Latina, no século XX, o modelo aristocrático não encontra aplicabilidade em nenhum país, já o modelo comunista pode ser observado em Cuba e com muita restrição no México. De acordo com esse autor, o modelo liberal e o profissional foram os escolhidos pelos analistas para enquadrar a relação entre civis e militares na América Latina. O que, para ele, representa um erro de análise.

Conforme defende, o modelo liberal não encontra aplicabilidade, pois exige instituições civis sólidas e um esforço por parte dos principais protagonistas políticos para manter os militares fora do eixo político. Conclui Stepan:

A própria ausência de instituições políticas sólidas num país como o Brasil teve como resultado a tentativa dos principais políticos de cooptar os militares como força sustentadora adicional na busca de objetivos políticos.⁷⁰

Já o modelo profissional depende de um sistema político estável para não permitir que os políticos interfiram em assuntos militares ou usem os militares para propósitos políticos. Segundo o autor, esta também não é a realidade política do Brasil.

Para Stepan, nenhum dos quatro modelos descritos anteriormente se aplica ao caso brasileiro, o que fez com ele formulasse um modelo batizado de moderador. Nesse modelo, o papel dos militares em momentos de crise política “se restringe à deposição do chefe do Executivo e à transferência do poder político para grupos civis alternativos”⁷¹. Para Stepan os militares aceitam esse papel moderador, pois acreditam na legitimidade das formas políticas parlamentares e não se sentem capazes de governar com os civis.

⁶⁹ HUNTINGTON, Samuel. Poder, profissionalismo e ideologia: Relações entre civis e militares em Teoria. In: *O Estado e o Soldado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*; tradução de José Lívio Dantas – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. p. 104

⁷⁰ STEPAN, Alfred. Op. cit, p 49.

⁷¹ STEPAN, Alfred. Op. cit, p 50.

A leitura de Thomas Skidmore sobre a atuação dos militares na política brasileira, da fase que engloba a Proclamação da República e até o início da década de 1960, é similar à de Alfred Stepan. Isto é, para este brasilianista, os militares incorporaram, nos momentos críticos da política da República do Brasil, o papel de árbitros finais, ou seja, assumiam o poder e transferiam posteriormente para novos quadros de políticos civis.

Como em 1889, quando a República sucedeu ao império, o controle, no momento crítico, foi assumido pelos militares superiores e então transferido para novos quadros políticos civis. Em 1930, os comandantes do Exército e da Marinha encontravam-se colocados numa posição que se deveria tornar cada vez mais familiar na subsequente história do Brasil: o papel de árbitros finais da política interna.⁷²

João Roberto Martins Filho se contrapõe totalmente a essa interpretação sobre a posição assumida e aceita pelo militares na política brasileira. Para ele:

A noção de que, até o início da década de 1960, os militares se autorrestringiam a uma função coadjuvante na vida brasileira já era bastante aceita antes do golpe militar de 1964. Em diferentes versões, ela parte de algumas idéias simples e básicas. Por um lado, afirma que são as forças civis as responsáveis únicas pelas mazelas do sistema político inaugurado em 1930, consolidado em 1937 e parcialmente mantido na democracia de 1945-64. Por outro, defende que são essas mesmas forças as grandes culpadas pelas intervenções militares na vida política.⁷³

De acordo com Martins⁷⁴, o mito do papel moderador, atribuído às Forças Armadas, tem três grandes colaboradores: Raimundo Schaun (jornalista baiano), Oliveiros Ferreira (jornalista e professor) e Alfred Stepan (cientista político). Os três defendem a ideia de que as Forças Armadas desempenharam um papel moderador no período compreendido entre 1930 a 1964.

Na perspectiva desses autores, o papel moderador dos militares na política se desenhava da seguinte forma: “os militares, apesar de constantemente chamados pelos políticos a intervir na vida política do país, desempenham um papel restrito e basicamente conservador, limitando-se a manter o sistema em funcionamento”⁷⁵.

⁷² SKIDMORE, Thomas. Era de Vargas. In: *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p, 25.

⁷³ FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo da Experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p, 99.

⁷⁴ FILHO, J. R. M. Op. Cit. p, 100-103.

⁷⁵ FILHO, J. R. M. Op. Cit. p, 101.

Segundo João Roberto Martins⁷⁶, Alfred Stepan defende que os militares aceitavam esse papel com base em dois fundamentos: por um lado os militares acreditavam nas formas políticas parlamentares e, por outro, eles não se viam com capacidade de governar como os civis.

De acordo com João Roberto Martins, o que esse modelo na linguagem acadêmica sugere é o seguinte: “as elites civis legitimam ativamente a presença dos militares na política, desde que estes cumpram o papel limitado que lhe foi previamente atribuído”⁷⁷. Ou seja, retirada do chefe do Executivo e transferência do poder a outro grupo de civis.

Para João Roberto Martins, o papel coadjuvante atribuído ao Exército “como sócio menor e hesitante do condomínio político”⁷⁸ não resisti, no entanto, ao mais breve exame da história política do país depois de 1930. Para ele: “o Exército foi a principal força propulsora da “revolução” que derrubou a ordem oligárquica”⁷⁹.

Já para José Murilo de Carvalho, a revolução de outubro de 1930, teve uma importância fundamental para as Forças Armadas, pois: “As Forças Armadas, particularmente o Exército, se viram instaladas no centro do poder nacional de maneira muito mais decisiva do que no início da Primeira República”⁸⁰. Porém, José Murilo destaca que:

Embora não tenha sido ainda feito um estudo mais cuidadoso sobre seus aspectos militares, é fora de dúvida que a maior parte do êxito do movimento se deveu à ação dos dois grandes estados envolvidos, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que contavam com suas poderosas polícias militares, tão antagonizadas pelas forças federais, e a participação popular, que foi significativa no Rio Grande do Sul.⁸¹

De acordo com José Murilo de Carvalho,⁸² não considerar os aspectos internos das Forças Armadas levou alguns analistas⁸³ a interpretações equivocadas sobre o papel dos militares na política brasileira na Primeira República e depois de 1930. Ele ressalta a importância da dimensão organizacional — destacando o processo de recrutamento, o treinamento do corpo de oficiais, a estrutura interna, o tamanho e a localização

⁷⁶FILHO, J. R. M. Op. Cit. p, 101.

⁷⁷FILHO, J. R. M. Op. Cit. p, 101

⁷⁸FILHO, J. R. M. Op. Cit. p, 103.

⁷⁹FILHO, J. R. M. Op. Cit. p, 103.

⁸⁰CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política, 1930-1945. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. P, 62.

⁸¹CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 62.

⁸² CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p, 13.

⁸³CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 13.

geográfica dos efetivos militares e a ideologia organizacional — para melhor compreensão do comportamento político das Forças Armadas.

Para este trabalho nos interessa em particular as ideologias organizacionais. Na visão de José Murilo de Carvalho⁸⁴, nas Forças Armadas — no período entre a Primeira República e a consolidação do projeto orquestrado por Góis Monteiro, depois de 1930, e colocado em execução por Dutra — existiram quatro projetos relativos à forma de atuação dos militares na política brasileira.

O primeiro foi o intervencionismo reformista⁸⁵, também conhecido como modelo soldado cidadão. Sua gestação ocorreu durante a questão militar e tinha como finalidade encorajar os militares a intervir na política criando embaraços ao governo imperial. Seus Principais mentores seriam Quintino Bocaiúva, redator de O País, no Rio de Janeiro, Júlio de Castilho, redator de A Federação, em Porto Alegre, e Benjamin Constant com os jovens oficiais adeptos do positivismo civilista.

Os tenentes, em 1922, herdaram dos positivistas civilistas o intervencionismo reformista, sobretudo, na figura de Juarez Távora. Entretanto, a linha de ação tenentista apresentava um caráter mais militarista pregando o predomínio militar na política e a necessidade de fortalecimento das Forças Armadas. Este projeto — liderado por uma parcela das Forças Armadas, os tenentes — era nocivo para o fortalecimento da instituição militar, pois feria as suas bases: a hierarquia e a disciplina.

O segundo projeto⁸⁶ aparecia entre os militares mais radicais, oficiais e praças. Recebeu influência direta do Partido Comunista e sustentava a ideia de formação de um Exército popular semelhante aos formados durante a revolução russa e chinesa. Para Carvalho, era esse o conteúdo da carta de Prestes de 1931: “conclamando soldados e marinheiros a voltar suas armas contra os oficiais, lacaios da burguesia”⁸⁷.

O terceiro foi o não intervencionismo⁸⁸, que seguia as orientações da Missão Militar Francesa e do profissionalismo Alemão. Esta corrente nasceu nas democracias liberais com a afirmação da hegemonia burguesa. Às Forças Armadas cabia a neutralidade em matéria de política interna, devendo dedica-se primordialmente a profissionalização militar visando à defesa externa do país.

⁸⁴ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 38.

⁸⁵ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 38.

⁸⁶ CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os Militares: Aprendiz de Feiticeiro. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p, 107.

⁸⁷ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 107.

⁸⁸ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 40.

Por fim, José Murilo destaca o projeto vencedor, em 1937: a intervenção moderadora ou controladora⁸⁹, também denominado por ele de intervencionismo tutelar. Bertholdo Klinger⁹⁰ já ressaltava — no primeiro editorial de A Defesa Nacional — que: “O Exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam”.⁹¹

Na interpretação de José Murilo de Carvalho a posição de Bertholdo Klinger se expressa da seguinte maneira:

Divergia da ideologia do soldado profissional por admitir abertamente a intervenção na política, embora com ela concordasse quanto à necessidade de preparação profissional do Exército. Concordava com a ideologia do soldado-cidadão quanto à legitimidade da intervenção do militar, mas dela discordava quanto à natureza da intervenção. Os tenentes pregavam uma intervenção reformista, a ser feita pelo militar independente da organização, ou mesmo contra ela.⁹²

O intervencionismo controlador, depois de 1930, teve como principal articulador o General Góis Monteiro. Para o General⁹³ *devia-se fazer a política do Exército e não a política no Exército*. Para Carvalho, esta nova concepção só se tornou eficaz devido às mudanças organizacionais processadas na estrutura das Forças Armadas a partir de 1930.

José Murilo de Carvalho⁹⁴ menciona que as intervenções do Exército na política, na Primeira República, não podem ser compreendidas como sendo da corporação como um todo e ressalta que as mesmas variaram em sua natureza e em função dos grupos que a promoveram. Segundo Carvalho, o movimento pacificador, que depôs Washington Luís, em 1930, é importantíssimo no quadro das intervenções políticas do Exército, pois: “Foi a primeira tomada do poder pelos militares planejada executada pelos altos escalões das duas forças”⁹⁵. Para Bertholdo Klinger, em outubro 1930, chegara o momento de “entregar os destinos do Brasil aos generais de terra e mar”⁹⁶.

⁸⁹ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 42.

⁹⁰ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 41 (o mais brilhante dos jovens Turcos e o líder do grupo de A Defesa Nacional).

⁹¹ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 41(A Defesa Nacional I, 1 (out 1913), p.1)

⁹² CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 41.

⁹³ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 42.

⁹⁴ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 43.

⁹⁵ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 51.

⁹⁶ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 51.

Na interpretação de Carvalho⁹⁷, o Exército, apesar de instalado no centro do poder, após a revolução de 1930, encontrava-se fragmentado e com dificuldades de sobreviver, tendo em vista o ambiente interno — revoltas, levantes, conspirações, agitações, protestos coletivos e greves que marcaram o período — e os conflitos externos com as lideranças civis. Conforme ressalta, “O receio do militarismo atingiu até mesmo os líderes civis mais próximos dos tenentes, como Osvaldo Aranha, sem falar na elite paulista, que jamais conviveria em paz com os militares vencedores”⁹⁸. Nesse ambiente caótico, um projeto hegemônico de um setor do Exército ganhou força — o intervencionismo controlador ou moderador: “O projeto incluía mudanças na estrutura interna da organização militar, nas relações da organização com o Estado e a sociedade, e na sociedade em geral”⁹⁹.

Na concepção de Carvalho¹⁰⁰, depois da revolução de 1930, a posição dos neutralistas — contrários à intervenção militar na política — tornou-se utópica diante da posição política ocupada pelas Forças Armadas. Já o intervencionismo reformista era incapaz de controlar a organização e impotente para manter a posição de poder alcançada por eles.

De acordo com Carvalho,¹⁰¹ Góis Monteiro formulou com clareza, em documento que enviou a Vargas no início de 1934¹⁰², os fundamentos do intervencionismo controlador, “um Exército bem organizado é o instrumento mais poderoso de que dispõe o governo para a educação, consolidação do espírito nacional, neutralizador das tendências dissolventes introduzidas pelo imigratismo”¹⁰³. A amplitude do projeto previa:

Ampla interferência estatal em todos os setores; ênfase na defesa externa e na segurança interna; preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno da idéia nacional; industrialismo nacionalista; e a liderança das Forças Armadas, sobretudo do Exército, na condução das mudanças, a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado.¹⁰⁴

⁹⁷ CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política: 1930-1945. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 63.

⁹⁸ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p. 63.

⁹⁹ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p. 64.

¹⁰⁰ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p. 75.

¹⁰¹ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p. 95.

¹⁰² CARVALHO, J. M. Op. Cit. p. 95. (O documento foi enviado a Getúlio e Osvaldo Aranha. Ver GV 34.01.18/2 e 34.01.00/3 e AO 34.01.29/2. Ênfase de GM).

¹⁰³ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p. 96.

¹⁰⁴ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p. 96.

Já para Edmundo Campos Coelho¹⁰⁵ existem duas matrizes teóricas que procuram entender o comportamento político dos militares no Brasil.

Alfred Stepan, através de uma análise comparada, é o defensor da primeira corrente. Stepan¹⁰⁶ defende que o militar é parte integrante do sistema político, e como tal, encontra-se sujeito as mesmas pressões que o governo. Ainda destaca que o papel dos militares na política só pode ser analisado em termos do militar como instituição política, sujeita a muitas das pressões que experimenta o governo.

Para Edmundo a teoria de Stepan coloca a instituição militar como um subsistema do sistema político. A instituição estaria sujeita as mesmas influências que se submetem os atores políticos.

O dialogo de Stepan é com a segunda corrente. Classificada, por ele, como tipo ideal de organização militar que tende a avaliar o comportamento militar de acordo com suas características institucionais.

O modelo organizacional, segundo Edmundo, pressupõe que nos países em desenvolvimento as instituições militares são as únicas que apresentam um alto grau de coesão interna, de disciplina e organização, logo constituem um instrumento fundamental no desenvolvimento e modernização do país.

De acordo com Stepan, o tipo ideal não se aplica ao caso brasileiro, pois as Forças Armadas brasileira não eram coesas, monolíticas sob a égide da disciplina e da hierarquia organizacional.

Para Campos Coelho, a conclusão que se pode ter da crítica de Stepan ao modelo organizacional é a seguinte: “nem fatores organizacionais (efetivos, padrão de recrutamento, dispersão ou concentração geográfica) nem fatores institucionais (origem social) explicam por si sós o comportamento das instituições militares”¹⁰⁷. Nas palavras do próprio Alfred: “No que diz respeito ao comportamento político e militar, minha opinião é que nenhum fator, seja institucional ou de qualquer outro tipo, terá uma explicação satisfatória ou um poder predizível quando considerado isoladamente”¹⁰⁸.

¹⁰⁵ COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil*. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n° 19, p. 5-19, 1° Semestre de 1985.

¹⁰⁶ STEPAN, Alfred. O Militar na Política: fundamentos Institucionais. In: *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 12

¹⁰⁷ COELHO, Edmundo Campos. Op. cit., . p. 7.

¹⁰⁸ STEPAN, Alfred. O Militar na Política: fundamentos Institucionais. In: *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 11.

De acordo com Campos Coelho, a noção de subsistema como princípio analítico é muito genérico e excessivamente fácil porque dispensa o analista de compromissos com qualquer estrutura explicativa específica.

Segundo Campos Coelho alguns trabalhos de brasileiros têm seu alicerce teórico na perspectiva organizacional: José Murilo de Carvalho ao estudar o comportamento político das Forças Armadas na Primeira República; Alexandre de Souza Costa Barros, que examinou o sistema de ensino militar e seus fortes efeitos na conformação da mentalidade militar e Maria Cecília Spina Forjaz que procurou entender o significado político do tenentismo através da análise do Exército enquanto organização. Pode ser acrescentada a esta lista o livro de Fernando da Silva Rodrigues, *Indesejáveis*¹⁰⁹, que revela a formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro entre 1905 e 1946, através das reformas empreendidas nos estabelecimento de ensino militar.

Na visão de Campos Coelho, o modelo organizacional — fechado, consistente e que não sofre influxos externos— criticado por Stepan já foi há muito tempo superado pela moderna teoria organizacional. Para o autor, existe total concordância na literatura organizacional que organizações são sistemas abertos.

Campos Coelho faz uma observação sobre o modelo teórico organizacional desenvolvido por José Murilo e Barros. Para o autor:

Falta um paradigma de análise organizacional, um modelo explícito do que seja uma organização e de como ela interage com o seu ambiente externo e de como ela se adapta ou reage a ele através de modificações em sua estrutura interna.¹¹⁰

As organizações, para este autor, são sistemas orientados para sua própria sobrevivência, mas também buscam o controle da maior extensão possível do meio externo. Trabalham no sentido de extrair recursos do ambiente para se fortalecer. Ainda segundo o autor, os meios utilizados para obtenção de recursos são sempre de natureza política, sejam orientados para as condições internas — seleção da elite, controle das posições, expurgos — ou para as externas — formação de coalizões, cerimônias públicas para difusão dos valores organizacionais.

¹⁰⁹ RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905 – 1946)*. Jundiaí, Paco Editora: 2010.

¹¹⁰ COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil*. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, nº 19, p. 5-19, 1º Semestre de 1985. p. 8.

Para Campos Coelho, o próprio Stepan se vale do padrão organizacional para explicar o abandono dos militares do seu papel moderador em 1964. Ou seja, os militares entraram na política nacional para defender os interesses institucionais, sobretudo a sobrevivência da instituição ameaçada pela indisciplina, em 1964. E ressalta: “Stepan não tem como refugar ante o peso específico dos interesses corporativos dentre os quais a auto preservação é o mais básico”¹¹¹.

De acordo com Campos Coelho, o poder moderador atribuído às Forças Armadas por Stepan é incoerente, pois se a instituição militar é um subsistema do sistema político e o militar sofre as mesmas influências que os demais agentes políticos, como os militares poderiam exercer o poder moderador que pressupõe neutralidade frente aos interesses em conflito? Conclui o autor, a instituição tem interesses embutidos, seja na manutenção do esquema político, seja na sua mudança, logo faz parte do conflito político, mas não como marionetes.

Edmundo Campos Coelho também faz uma análise do trabalho de José Murilo de Carvalho de 1974¹¹², no qual aparecem as ideologias militares, formuladas por José Murilo, nos seguintes pares: cidadão soldado / intervenção reformista, soldado profissional / não intervenção, e soldado corporação / intervenção moderadora.

A questão levantada por ele, sobre o trabalho de José Murilo de 1974, é que a concepção de intervenção moderadora — *fazer a política do Exército e não a política no Exército* — como apresentada por José Murilo é inteiramente diferente da concepção convencional do termo ou do seu uso corrente na literatura.

Campos Coelho ainda destaca que nos trabalhos seguintes de José Murilo (1982, 1983)¹¹³ ocorre uma evolução conceitual da expressão intervenção moderadora que é substituída por intervencionismo controlador e intervencionismo conservador, respectivamente.

De acordo com Campos Coelho, esta evolução é interessante se a função moderadora for controladora, atenta aos desvios da regra do jogo, e também conservadora, a intervenção visa restabelecer as regras do jogo e manter o status quo.

¹¹¹ COELHO, E. C. Op. cit, p. 9.

¹¹²CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. Cadernos do Departamento de Ciência Política, 1, UFMG, março.

¹¹³ CARVALHO, José Murilo de

1982. “Armed forces and politics in Brazil, 1930-1945”. *The Hispanic American Historical Review*, 62 (2), 193-223.

1983. “Forças Armadas e Política, 1930-1945”. In *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 109-187.

Entretanto, ainda existe uma lacuna na evolução conceitual de José Murilo. É preciso ainda distinguir a diferença entre intervencionismo e intervenção. O primeiro aponta para a disposição de intervir e pode estar associado a um sistema de crença ou ideologia. O segundo indica a capacidade ou poder para intervir, não precisa, necessariamente, estar atrelado a um sistema de crença ou ideologia e pode ser apenas reativa e obedecer aos imperativos dos interesses corporativos.

Na concepção do autor, as intervenções foram sempre dos generais enquanto que o intervencionismo ficou por conta dos oficiais subalternos, embora o intervencionismo não seja exclusividade dos tenentes. Isto é, o intervencionismo gera revoltas, motins e rebeliões e só se concretiza em intervenção com o suporte da hierarquia.

Por fim, Campos Coelho ressalta que o problema com a tipologia criada por José Murilo de Carvalho é que ela é historicamente datada, logo não pode alcançar o nível de generalidade pretendida, além de manter a ambigüidade com relação à função moderadora.

Como demonstrado, acima, os desafios teóricos para se trabalhar a relação militares e política são grandes, entretanto buscaremos testar, através de alguns documentos do acervo do general Góis, o alcance destas formulações na relação entre militares e política no ano de 1945.

CAPÍTULO III

A vida política e militar de Góis Monteiro.

Os estudos sobre a participação das Forças Armadas na política no Brasil no pós 1930 atribuem uma importância significativa aos Generais Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Góis e Dutra completavam-se: o primeiro era o estrategista, o formulador da política militar da época; o segundo era o implacável executor dessa política.¹¹⁴

Para Góis Monteiro e Dutra, o objetivo era um Exército forte dentro de um Estado Forte.¹¹⁵

Certamente que é difícil discorrer sobre este regime sem mencionar, com certa ênfase, figuras militares como as de Góis Monteiro e Dutra, para citar os mais notáveis.¹¹⁶

O Estado Novo foi a materialização da política do Exército, como concebida por Góis Monteiro e pelo grupo de generais a seu redor.¹¹⁷

Tendo em vista o destaque conferido neste trabalho a Góis Monteiro, e levando em conta que estamos utilizando o seu acervo nesta monografia, é importante fazer um breve panorama da sua carreira militar e da vida política.

Pedro Aurélio de Góis Monteiro nasceu em São Luís do Quintude (AL), no dia 12 de dezembro de 1889, filho do médico Pedro Aureliano Monteiro dos Santos e de Constança Cavalcanti de Góis Monteiro¹¹⁸. Era o mais velho de nove irmãos, alguns com destaque na política.

Em 1903 viajou de Alagoas para o Rio de Janeiro¹¹⁹ e, no ano seguinte, ingressou como praça na Escola Preparatória do Realengo. Sua formação seria completada na Escola de Guerra da capital gaúcha, para onde se transferiu em 1906, já que a Escola

¹¹⁴ CARVALHO, Jose Murilo de. Forças Armadas e Política 1930-1945. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 84

¹¹⁵ SKIDMORE, Thomas. Era de Vargas. In: *Brasil de Getulio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 4ª Ed. 1975. p. 47.

¹¹⁶ COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil*. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, nº 19, p. 5-19, 1º Semestre de 1985. p. 5.

¹¹⁷ CARVALHO, J.M. Op. Cit. p. 92.

¹¹⁸ RAMOS, Plínio de Abreu. Góis Monteiro. In: ABREU, Alzira Alves (Coord). *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930*. [et al.] Ed. rev. E atual — Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 3842.

¹¹⁹ COUTINHO, Lourival. Antes de 1930. In: *O General Góis Depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco 2ª Ed. 1956. p. 3.

Militar na Praia Vermelha na capital federal estava fechada. Em 1909 foi declarado aspirante,¹²⁰ e promovido a segundo-tenente em abril de 1914¹²¹.

Dois anos depois se deslocou para a capital federal,¹²² onde fez um curso de Engenharia militar. Em 1918,¹²³ após conclusão do curso, regressou para o Rio Grande do Sul, passando a comandar o 6º Regimento de Cavalaria Independente. Em janeiro de 1919¹²⁴ foi promovido ao posto de primeiro tenente. Em 1921¹²⁵ participou, no Rio de Janeiro, dos cursos de aperfeiçoamento ministrados pela missão militar francesa, chefiada pelo general Maurice Gamelin. O objetivo da missão militar francesa era remodelar os conceitos táticos e organizacionais do Exército brasileiro.

Em 1922¹²⁶ Góis cursava a Escola de Estado-Maior, no Rio de Janeiro, e não se envolveu nos movimentos que eclodiram naquele ano. Sobre os levantes tenentistas, posteriormente, ele comentaria: “Embora relativamente moço e inexperiente, não me apaixonei por nenhum das facções que se digladiavam”¹²⁷. Dois anos depois, já promovido a capitão e exercendo o magistério na Escola de Estado-Maior, ele combateria os rebeldes no cerco à capital paulista no segundo levante tenentista, iniciado em 5 de julho.¹²⁸

Góis também combateria a Coluna Miguel Costa/ Luis Carlos Prestes, formada em 1925. Com a desmobilização da Coluna, retornou para o Rio de Janeiro, onde reassumiu as suas funções de professor da Escola de Estado-Maior juntamente com a de professor de tática na Escola Profissional da Polícia Militar do Distrito Federal.

Em outubro de 1926¹²⁹ Góis foi promovido Major e, em outubro de 1928,¹³⁰ foi promovido a tenente-coronel, trabalhando como chefe do gabinete do Diretor de Aviação Militar do Exército o general Álvaro Guilherme Mariante.

¹²⁰ COUTINHO, L. Op. Cit. p. 3.

¹²¹ RAMOS, Plínio de Abreu. Góes Monteiro. In: ABREU, Alzira Alves (Coord). *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930*. [et al.] Ed. rev. E atual — Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 3843.

¹²² COUTINHO, L. Op. Cit. p. 3.

¹²³ COUTINHO, L. Op. Cit. p. 3.

¹²⁴ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3843

¹²⁵ COUTINHO, L. Op. Cit. p. 3.

¹²⁶ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3843

¹²⁷ COUTINHO, L. Op. Cit. p. 5.

¹²⁸ COUTINHO, L. Op. Cit. p. 9.

¹²⁹ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3844.

¹³⁰ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3844.

No calor da disputa política para o pleito presidencial de março de 1930, o então tenente coronel Góis Monteiro foi transferido, contra sua vontade, para São Luis das Missões (RS)¹³¹. Como destaca:

O ministro da Guerra pediu-me , depois, que eu sugerisse uma unidade de cavalaria para o meu comando. Solicitei, então, que não me enviasse para o Rio Grande do Sul, em vista das relações de família em que servi naquele Estado.¹³²

A transferência de Góis para o sul fazia parte do plano do governo de colocar oficiais identificados como legalistas para comandar as organizações militares do sul, com o objetivo de conter uma possível revolta no Rio Grande do Sul caso ocorresse à vitória de Júlio Prestes para presidente.

Em 1 de Março de 1930 Getúlio foi batido no pleito por Julio Prestes. O movimento de contestação no Rio Grande do Sul perdeu força. Borges de Medeiros reconheceu a legitimidade dos resultados das eleições. A investidura de Júlio Prestes estava dada como certa, até que um fato inusitado transformou o cenário político: o assassinato, em 26 de julho de 1930, de João Pessoa, candidato derrotado a vice-presidente da República na chapa de Vargas. O assassinato foi cometido por João Dantas. A agitação política voltaria a incendiar o país.

Oswaldo Aranha convidaria o tenente coronel Góis para coordenar o levante militar. Góis resistiria ao assédio, a princípio, mas mudaria de opinião.

Para José Murilo de Carvalho¹³³ a adesão de Góis ao movimento revolucionário, foi porque Góis percebeu como nenhum outro militar de sua época a mudança dos tempos e o espaço que se abria à participação dos militares na política nacional. Além deste fato Murilo destaca que Góis abandonou os princípios aprendidos dos seus mestres franceses, já que:

Para um tenente-coronel sem perspectiva clara de acesso na carreira, uma vez que o mérito não era na época garantia de promoção, a oportunidade pareceu suficientemente atraente para convencer a renunciar aos princípios de seus mestres.¹³⁴

Góis assumiu a chefia do Estado-Maior das Forças Revolucionárias, das quais Getúlio era o comandante supremo. Os dois subchefes de Góis foram João Alberto e

¹³¹ COUTINHO, L. Op. Cit. p, 55.

¹³² COUTINHO, L. Op. Cit. p, 52.

¹³³ CARVALHO, Jose Murilo de. (Vargas e os Militares: Aprendiz de Feiticeiro) In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

¹³⁴ CARVALHO. J. M. Op. Cit. p, 103.

Estillac Leal, antigos comandantes de destacamento da coluna prestes, Virgílio de Melo Franco atuaria como secretario e o comandante Herculino Cascardo, da Marinha, como oficial de informações.

No dia três de outubro a revolução começou no Rio Grande do Sul, obtendo sucesso só depois da capitulação das tropas federais, prisão do comandante da 3ª Região Militar, o General Gil de Almeida, e a adesão a causa revolucionária de um serie de unidades militares na madrugada do dia 4 de Outubro.

A 10 de Outubro¹³⁵, juntamente com todo o estado-maior e Getúlio Vargas, Góis Monteiro seguiu de trem com destino ao norte do Paraná, onde, possivelmente, enfrentaria tropas do governo comandadas pelo general José Pais de Andrade. Estacionando suas tropas em Ponta Grossa, passou a planejar, em 24 de outubro de 1930, o ataque a São Paulo. No dia seguinte seria informado da deposição de Washington Luís, por junta militar constituída pelos Generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha.

Góis daria um ultimato a junta militar, que depôs o presidente, ratificando que a direção do país tinha que ser entregue à revolução, sob pena de recomeçar as hostilidades. A resposta da junta foi que o governo seria entregue a Getúlio tão logo chegasse a Capital Federal.

Com a posse de Vargas, em 3 de novembro de 1930, Góis assumiu de um vez um papel relevante na vida pública brasileira, como militar e articulador político.

Do ponto de vista militar Góis participou da Revolução como tenente-coronel, situação que colocava a hierarquia da instituição militar em xeque, além disso, Getúlio precisava de um oficial general de sua confiança. Góis então foi promovido de forma meteórica, em março de 1931,¹³⁶ ao posto de coronel, em maio do mesmo ano a general-de-brigada e em outubro de 1932, com apenas 42 anos, a general-de-divisão, o mais alto posto na época para tempo de paz.

Após a revolução, os principais líderes revolucionários promoveram reuniões periódicas no palácio Guanabara. Estas reuniões tinham por objetivo fazer uma avaliação das realizações do novo regime instaurado e detectar possíveis atividades de revanche do grupo aliados do poder. Góis¹³⁷ tinha presença certa nessas reuniões. A

¹³⁵ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3846.

¹³⁶ CARVALHO, Jose Murilo de. (Forças Armadas e Política 1930- 1945) In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p, 82.

¹³⁷ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3846.

imprensa passou a rotular os participantes desta reunião como componentes do Gabinete Negro¹³⁸.

Concomitante com estas reuniões os tenentes, que contavam com o incentivo de Osvaldo Aranha, manifestavam o seu desejo de influenciar o suporte ideológico do governo. Surgiu, assim, em 15 de novembro de 1930, por iniciativa de Aranha e Góis, a ideia de se fundar a legião de Outubro, cujo manifesto foi lançado a 27 de fevereiro de 1931¹³⁹. O projeto não alcançou a amplitude nacional que se desejava, entretanto no Rio de Janeiro a proposta ganhou força e adquiriu forma de instrumento civil militar de pressão contra a reconstitucionalização imediata do país. O movimento acabou dando origem ao Clube 3 de Outubro¹⁴⁰ tendo como primeiro presidente Góis Monteiro.

Góis, no posto general de Brigada e tendo em vista a difícil missão de controlar os paulistas alijados do poder, foi nomeado por Getúlio comandante¹⁴¹ da 2ª Região Militar,¹⁴² em 1 de Julho de 1931¹⁴³. Após pressão de grupos paulistas deixa o cargo de comandante da 2ª Região Militar e desloca-se para o Rio de Janeiro, nos primeiros dias de Julho de 1932, e assume o Comando da 1ª Região Militar¹⁴⁴.

Como já se anunciava no horizonte, no primeiro semestre de 1932, os paulistas se sublevaram. Góis ficou responsável de elaborar o plano de operações para o embate contra a revolução constitucionalista.

Após a capitulação dos constitucionalistas, Góis foi nomeado inspetor das regiões militares do norte, abrangendo as guarnições sediadas no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo e todo Norte e Nordeste,¹⁴⁵ e, em 18 de janeiro de 1934 se tornaria Ministro de Guerra.¹⁴⁶

Para Thomas Skidmore, a nomeação de Góis como Ministro da Guerra representou um grande passo para restabelecer a disciplina na instituição militar.

Desde a mudança do Ministro da Guerra, em 1934, o Exército vinha conseguindo restabelecer a disciplina que havia sido minada durante as

¹³⁸ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3846.

¹³⁹ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3846.

¹⁴⁰ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3847.

¹⁴¹ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3847.

¹⁴² O Estado de São Paulo era de responsabilidade da 2ª Região Militar

¹⁴³ LANNING, Michael Lee. Pedro Aurélio de Góis Monteiro. In: *Chefes, Líderes e Pensadores Militares*; Tradução Ulisses Lisboa Perazzo Lannes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999. p. 446.

¹⁴⁴ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3848.

¹⁴⁵ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3849.

¹⁴⁶ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3849.

revoltas da década de 20, a revolução de 30e a revolta de São Paulo, em 1932.¹⁴⁷

Sua permanência à frente da pasta, contudo, não duraria muito. Em 7 de maio de 1935¹⁴⁸, Góis deixou o cargo alegando como causa a campanha que vinha movendo contra ele o governador Flores da Cunha do Rio Grande do Sul.

Fora do Ministério da Guerra, em 13 de janeiro de 1936¹⁴⁹, Góis assumiria o cargo de inspetor das Regiões Militares do Norte, que se estendiam do Rio de Janeiro até o Amazonas, e, em julho de 1937, a chefia do Estado Maior do Exército (EME), após acordos firmados com Eurico Gaspar Dutra.

Com Góis, já na chefia do EME, foi descoberto pelo major Aguinaldo Caiado de Castro nas mãos do capitão Olímpio Mourão Filho o chamado Plano Cohen¹⁵⁰. Foi a justificativa que precisava o governo para dar prosseguimento no processo que culminou com a instalação do Estado Novo, em 10 de novembro 1937.

Também foi destacado o seu papel por ocasião dos preparativos da Segunda Guerra Mundial. Em junho de 1939¹⁵¹, viajou para os EUA, selando a aproximação com os EUA e o início do afastamento do Exército brasileiro com as doutrina alemães.

Góis deixaria a chefia do EME, em dezembro de 1943¹⁵², e, em janeiro de 1944, embarcou para Montevidéu na qualidade de embaixador extraordinário do Brasil junto ao comitê de Emergência e Defesa Política da América.

Após o rompimento de Osvaldo Aranha com Vargas, e o pedido de sua saída do Ministério das Relações Exteriores, em agosto de 1944¹⁵³, Góis regressou ao Brasil e ficou ciente dos rumos políticos que tomava o Brasil no segundo semestre de 1944.

Já em 1945, com o processo de redemocratização em curso e a campanha eleitoral em pleno vapor, Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra, se desincompatibiliza do Ministério para concorrer às eleições. Góis então, em 9 de agosto de 1945, assumiria, novamente, o cargo de Ministro da Guerra.

¹⁴⁷ SKIDMORE, Thomas. Era de Vargas 1930-1945. In: *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975. p, 47.

¹⁴⁸ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3850.

¹⁴⁹ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3850.

¹⁵⁰ Plano de conflagração violenta de todos os setores da vida nacional patrocinados pelos comunistas e sobre a orientação do Komintern.

¹⁵¹ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3852.

¹⁵² RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3853.

¹⁵³ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3853.

A participação de Góis no episódio de 29 de Outubro de 1945, deposição de Vargas, segundo José Murilo de Carvalho: “ Foi uma ação típica do ideal de Góis: a corporação agindo como um todo, pela voz da hierarquia”¹⁵⁴.

Já para Edgard Carone, Góis manobrou toda oficialidade com o objetivo de ter o apoio dos oficiais generais na retirada de Vargas do poder.

A reunião de generais, no dia 25 de outubro de 1945, é sinal da nova situação. Nela, o moderado e oportunista Ministro da Guerra, General Góis Monteiro, manobra toda oficialidade do Exército e da Marinha, e a pretexto da nomeação de Benjamim Vargas para a chefia da polícia, determina o cerco do Palácio Guanabara, sede governamental.¹⁵⁵

Góis seria eleito para o senado na legenda do PSD alagoano, em 19 de janeiro de 1947¹⁵⁶, com 32.875 votos. Por ocasião dos preparativos, já em 1949, para a sucessão presidencial de Dutra ocorreu uma reaproximação entre Getúlio Vargas e Góis. Como destaca Ramos:

Sempre que Vargas regressava de suas viagens pelo interior do Brasil, procurava avistar-se com Góis em casa de Epiácio Pessoa¹⁵⁷.

Em 3 de outubro de 1950, Góis tentou se reeleger senador por alagoas, mas não logrou êxito.

Consolidada a vitória de Vargas nas eleições para o Executivo Federal, o presidente eleito começou a organizar o seu ministério e escolheu o general Góis para chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), órgão criado em 25 de julho de 1946.

Terminado sua missão como chefe do EMFA, em 1º de dezembro de 1952, Góis foi nomeado, em 16 de dezembro de 1952, Ministro do Superior Tribunal Militar, cargo que permaneceu até sua morte, ocorrida no Rio de Janeiro no dia 26 de outubro de 1956.

¹⁵⁴ CARVALHO, Jose Murilo de. (Vargas e os Militares: Aprendiz de Feiticeiro) In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p, 112.

¹⁵⁵ CARONE, Edgard. (O Interregno José Linhares 29-10-45 a 31-1-1946) In: *A República Liberal II Evolução Política 1945 a 1964*. São Paulo: Difel, 1985. p, 10.

¹⁵⁶ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3854.

¹⁵⁷ RAMOS, P. A. Op. Cit. p. 3855.

O papel político das Forças Armadas em 1945.

As fontes existentes no Arquivo Histórico do Exército são de extrema importância para os pesquisadores que desejam compreender o papel desempenhado pelos militares na política brasileira.

Entretanto, ainda existem imposições legais, que restringem o acesso às fontes manuscritas e impressas. Como destaca Fernando da Silva Rodrigues:

O uso da documentação escrita (manuscrita e impressa) e das estáticas elaboradas durante a investigação muito contribuíram para confecção deste trabalho, apesar de termos sido limitados em nossa pesquisa por restrições de acesso imposta por normas legais, conforme o Art.5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil e concomitante com o Art. 23, Parágrafo 1º e 3º da Lei N. 8159 (Dispõe sobre a política nacional de arquivo público e privado e dá outras providências), de 08 de janeiro de 1991(restrição ao acesso de documentos que envolvam informações de caráter privado referente à honra e à imagem das pessoas ou produzidos com menos de 100 (cem anos).¹⁵⁸

Para o objetivo deste trabalho, as imposições legais não nos permitiram consultar dados mais precisos sobre a vida do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Entretanto, a documentação que tivemos acesso, do acervo¹⁵⁹ do General Góis Monteiro, nos permite testar as interpretações sobre a atuação política dos militares no ano de 1945.

A lei constitucional nº 9, de 28 de fevereiro 1945, que previa no prazo de 90 dias a edição de um decreto fixando a data das eleições direta para Presidente da República, Câmara dos Deputados, Conselho Federal, Governadores e Assembleias Legislativas estaduais, foi um sinal claro, por parte do governo, que o caminho da democratização, via eleições presidenciais, estava em processo de construção.

Diante dessa nova realidade: crepúsculo do regime que restringia as liberdades políticas e eleições presidenciais em curso. As fontes¹⁶⁰, do acervo do General Góis, revelam que ocorreu, em 5 de março de 1945, poucos dias depois da implementação da Lei constitucional nº 9, por determinação do Ministro da Guerra em exercício, General Eurico Gaspar Dutra, uma reunião na casa do General Góis Monteiro. Posterior a reunião, alguns participantes endereçaram, para Góis, através de cartas, as suas opiniões

¹⁵⁸ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. p. 18.

¹⁵⁹ AHEx. Acervo do General Góis Monteiro.

¹⁶⁰ AHEx. Acervo do General Góis Monteiro, caixeta nº 12 pasta 2. Documento 18.

sobre os temas abordados na reunião. Como destaca o SubChefe do Estado Maior do Exército, em 12 de março de 1945, General Agostinho Santos.

Dando cumprimento à promessa feita na reunião que teve lugar em sua residência, à propósito dos assuntos nela ventilados, exponho, em seguida, minha modesta maneira de encará-los.¹⁶¹

Nas cartas enviadas, um total de seis, há o relato da participação de outros Generais que, supostamente, não enviaram suas posições ou as suas cartas se perderam.

Existe o registro da participação dos seguintes generais na reunião: Pedro Aurélio de Góis Monteiro,¹⁶² delegado do Brasil na Comissão Consultiva de Emergência e Defesa Política do Continente; Cordeiro de Farias, responsável pelo 1º Escalão do Depósito de Pessoal da Força Expedicionária Brasileira; Renato Paquet, Comandante da Infantaria Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria; Agostinho Santos, SubChefe do Estado Maior do Exército; Canrobert Pereira, membro da Comissão de Planejamento Econômico e Secretário Geral do Ministério da Guerra e o Brigadeiro Gervásio Duncan, Chefe da Diretoria do Pessoal da Aeronáutica¹⁶³.

O General Pedro Cavalcanti, Presidente da Comissão Central de Requisição, entendeu que não era necessário atender o convite para participar da reunião, porém julgamos importante abordar as ideias contidas na sua carta, enviada a Góis.

As fontes não revelam a participação do General Eurico Gaspar Dutra na reunião, todavia, os documentos afirmam que a reunião foi solicitada pelo Ministro da Guerra em exercício.

Só o fato de ter sido convocado para uma reunião, que tratou de assuntos tão relevantes para a caserna e para o Brasil, já demonstrar a importância estratégica destes militares dentro das Forças Armadas no ano de 1945.

De acordo com José Murilo, a predominância de Góis e Dutra nos dois cargos mais relevantes das Forças Armadas, Ministro da Guerra e Chefe do Estado Maior do Exército, durante os quinze anos que Vargas permaneceu no poder (1930-45), revela a importância dos dois no projeto Vargasista de ter um Estado forte apoiado nas Forças Armadas.

¹⁶¹ AHEx. Acervo do General Góis Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Documento 20.

¹⁶² Os cargos dos generais citados foram retirados do Almanaque de Oficiais de 1945. Que se encontra no AHEx.

¹⁶³ Cargo ocupado de acordo com as alterações do Brigadeiro. A documentação encontra-se no Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica (CENDOC).

A predominância de Góis e Dutra fica transparente no fato de que o primeiro foi ministro duas vezes (1934-35, 1945-46) e chefiou o EME por mais de seis anos (julho de 1937 a dezembro de 1943), na segunda mais longa gestão do órgão até hoje. Dutra , por sua vez, foi ministro da Guerra pelo tempo recorde de oito anos.¹⁶⁴

O posicionamento político e ideológico do militar encontra-se diretamente ligado a importância do cargo ocupado pelo militar na instituição. Como também menciona Edmundo Campos Coelho:

Parece-me que a escolha dos ocupantes de altos cargos na hierarquia militar obedece mais a critério de lealdade política ao presidente da República do que a critérios estritamente profissionais¹⁶⁵.

Pelo exposto acima, o cargo diretamente ligado a fidelidade ao presidente da República, é possível deduzimos que um dos objetivos, ocultos, da reunião era verificar até que ponto está pseudolealdade política dos oficiais gerais— ocupantes dos altos cargos da hierarquia militar no Distrito Federal no ano de 1945— permaneceria inabalável a favor de Getúlio Vargas, diante dos acontecimentos que se precipitavam sobre o Estado Novo nos seus derradeiros anos.

Para uma possível mobilização militar no Distrito Federal, a posição do General Renato Paquet, Comandante da Infantaria Divisionária da 1ª divisão de Infantaria, era de extrema importância, já que uma parte considerável do efetivo da 1ª Região Militar encontrava-se sob seu comando.

De acordo com o Relatório das principais atividades do Ministério da Guerra durante o ano de 1943, publicado em 1944¹⁶⁶, a 1ª Região Militar tinha um efetivo de 2.843 oficiais e 28.306 praças ficando atrás, unicamente, da 3ª Região Militar que tinha 1.760 oficiais e 34.530. Acreditamos que ter o controle da maioria deste efetivo é fundamental para uma possível intervenção.

Ressaltamos que outros Generais, ocupantes de cargos estratégicos, no contexto nacional, como o Comandante da 3ª Região Militar, também são importantes, mas até a confecção deste trabalho não foi possível comprovar a participação deles. Acreditamos na possibilidade de que outros militares, não citados nas fontes, também tenham participado da reunião.

¹⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política 1930-1945. In: *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 84.

¹⁶⁵ COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil*. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, nº 19, p. 5-19, 1º Semestre de 1985, p. 13.

¹⁶⁶ AHEx. Relatório do Ministério da Guerra publicado no ano de 1944. Esclarecemos que não foi utilizado o relatório do ano de 1945, que apresentaria dados mais recentes para a cronologia do trabalho, pois o mesmo não existe no AHEx.

Os temas abordados nas cartas podem abrir uma janela para entender melhor a extensão da atuação política dos militares no ano de 1945 e os pontos de divergência e convergência entre os oficiais generais sobre o papel político da Forças Armadas.

Feitas estas considerações iniciais, passemos as fontes.

A carta do General Pedro Cavalcanti, de 6 de março de 1945¹⁶⁷, apesar de conter poucas linhas, é reveladora. Após receber o convite para comparecer a reunião na casa do General Góis, Pedro Cavalcanti procura o Ministro da Guerra, General Dutra, para ter certeza de que o Ministro da Guerra estava ciente do que se tratava. Posterior à conversa com Dutra, Cavalcanti informa a Góis, por escrito, que já havia exposto sua posição sobre os temas que seriam abordados na casa de Góis e julgou-se dispensado de comparecer à reunião e de comentar a situação.

A postura de Pedro Cavalcanti revela que nem todos os generais desejavam se envolver com temas políticos e, além disto, a atitude do general de informar primeiramente a Dutra sobre a reunião demonstra, no mínimo, que o Ministro exercia certo grau de influência sobre outros Generais, seja pelos valores da hierarquia e disciplina, seja para obter vantagem em alguma esfera.

A segunda carta, 7 de março de 1945¹⁶⁸, encontra-se assinada¹⁶⁹, porém não foi possível identificar o nome do remetente, já que a assinatura não está legível.

Entretanto, as suas ideias não serão desprezadas.

O General manifesta preocupação com cenário sócio-político do país. Segundo ele, a situação era tão grave, que o país poderia ser arrastado para um conflito interno. Diante do conflito interno, que se descortinava no horizonte, em sua perspectiva, o Exército deveria se manter unido, pois sua missão seria de salvaguardar em todo território nacional a ordem e a paz no seio da família brasileira.

A carta enfatiza de que primeiro se deveria buscar resolver os problemas internos, ou seja, a coesão das Forças Armadas em todos os escalões e em torno dos seus Chefes. O Exército unido era: “o único dispositivo capaz de permitir ao Brasil um pleito livre, a liberdade de todos os cidadãos e a prosperidade nacional”¹⁷⁰. Ficou claro, nesse primeiro momento, que o general encontrava-se impregnado da visão de cabe as Forças Armadas zelar pela prosperidade nacional e liberdade dos cidadãos.

¹⁶⁷ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 12 pasta 2. Documento 16.

¹⁶⁸ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 12 pasta 2. Documento 17.

¹⁶⁹ É possível aferir que a carta foi enviada por um general, pois o remetente identifica-se como o General Diretor.

¹⁷⁰ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 12 pasta 2. Documento 17. p. 1.

É marcante também na fonte, a exaltação feita pelo General ao caráter nacional das Forças Armadas. Para ele, o Exército nacional, movido por um sentimento nacionalista, estaria disposto a agir em benefício dos interesses do Brasil e na defesa das mais sagradas instituições: “um sentimento de Pátria, una e indivisível, de família e o de cristandade”¹⁷¹. A missiva dá ênfase à visão de que é responsabilidade da instituição militar salvaguardar as instituições nacionais, descritas por ele, como sagradas.

Os argumentos do general — as Forças Armadas como única instituição nacional capaz colocar o Brasil no rumo certo, zelar pela prosperidade nacional e proteger as instituições sagradas — podem ser interpretado como uma tentativa de legitimar a intervenção militar na política nacional.

Vale destacar, os argumentos apresentados pelo general encontram-se em consonância com a posição assumida pelas Forças Armadas em 1937, isto é, fiadoras da ditadura do Estado Novo.

Segundo o General, as Forças Armadas não permitiriam que a ordem social interna fosse conturbada, sob o risco de o Brasil ter comprometido o seu prestígio internacional. Logo, fica claro, também, que existe a preocupação de que a imagem do Brasil fosse manchada no exterior.

A carta do general deixa patente, ainda, que cabia aos altos Chefes militares a manutenção da ordem interna. Isto é, qualquer mudança ou manutenção no status quo interno, não caberia ao intervencionismo reformista pregado pelos tenentes em 1922, pois colocava a hierarquia e a disciplina militar em cheque, mas era de responsabilidade da intervenção moderadora ou conservadora: ideologia que de acordo com José Murilo¹⁷² foi exposta primeiramente por Bertholdo Klinger, ou seja, as Forças Armadas agindo coesas e sobre a liderança do alto comando da Instituição Militar.

O documento ressalta que o inimigo interno da Instituição Militar era o totalitarismo liberticida, ou seja, os grupos políticos dissidentes, que segundo, o General: “aproveitando-se da imprescindível liberdade outorgada, para a realização do pleito, procura alterar a ordem, trazendo a inquietação, o terror ou a luta civil, em busca de aspirações inconfessáveis”¹⁷³.

¹⁷¹ AHEx. Op. Cit, p 1.

¹⁷² CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 42.

¹⁷³ AHEx. Op. Cit, p. 2.

Os grupos enquadrados, pelo general, como totalitarismo liberticida e extremistas só podem ser: a Sociedade dos Amigos da América, os integrantes do Manifesto dos Mineiros, a União Nacional dos Estudantes e outros grupos organizados, citados no primeiro capítulo deste trabalho.

Vale ressaltar que a colocação do General, a liberdade outorgada, para realização do pleito, vai ao encontro do discurso oficial do governo, isto é, todo processo de abertura política de 1945 é dádiva do governo e não uma conquista dos movimentos organizados que contestavam o Estado Novo.

Algumas ideias presentes na carta do general, tais como a realização do pleito e a não apresentação de Vargas como um dos presidenciáveis, também se encontram em algumas das outras fontes que ainda serão abordadas.

O general trabalha com a atuação das Forças Armadas em três momentos: antes do pleito, durante o pleito e a posse dos novos mandatários.

Antes do pleito, para o general, o Exército Nacional deveria ficar em vigilância, observação e expectativa. Caso fosse necessário, as Forças Armadas disponibilizariam ao poder civil sua força militar para não permitir que agentes perturbadores arrastassem o país à desordem.

A participação do oficial, individualmente nas eleições, ocorreria da seguinte maneira: os oficiais poderiam votar e ser votados, entretanto atividades políticas e partidárias não poderiam ingressar nos quartéis e estabelecimento militares. Na carta não existe referência se as praças, na visão do general, poderiam ser candidatos ou participar como eleitores das eleições.

No segundo momento, durante as votações, o Exército Nacional não deveria se posicionar a favor de nenhum candidato, mas, quanto à operacionalidade da votação, deveria participar da seguinte maneira: “Por meio de delegados seus, de todos os trabalhos de apuração, de modo que a Nação possa estar convencida da lisura dos resultados obtidos”¹⁷⁴.

Por último, a posse dos novos eleitos, ao Exército caberia usar de todos os meios que dispõe para que a soberania popular, manifestada nas urnas, se realizasse através da posse dos vencedores das eleições, inclusive a posse do presidente qualquer que viesse a ser.

¹⁷⁴ AHEx. Op. Cit, p. 4.

Ao final do processo eleitoral, segundo o general, o Exército retornaria à sua missão: assegurar, ao Presidente eleito, a mais ampla atmosfera de confiança, através da manutenção da ordem interna. Mais uma vez, o general destaca a ideia do Exército como fiador da ordem interna.

Percebemos na carta do General, endereçada a Góis Monteiro, a seguinte questão: o general tem a sensibilidade de observar que o clima belicoso da política nacional nos últimos anos do Estado Novo encontrava terreno fértil nos corações dos Chefes militares, por isso, ele faz questão de ressaltar que as Forças Armadas deveriam permanecer unidas, ou seja, qualquer posicionamento político deveria ser da instituição como um todo.

Através da leitura deste documento é difícil sustentarmos o modelo teórico proposto por Alfred Stepan, os militares como um subsistema do sistema político, agindo na esfera política só quando acionados por um grupo de civis.

Na verdade, o documento propõe que os militares são influenciados, pelos acontecimentos políticos em seu entorno, e procuram influenciar este ambiente político, com a justificativa salvacionista, mas, na verdade o que está em jogo são os interesses da instituição. Com menciona Edmundo Campos:

Empiricamente, é perfeitamente observável que o Exército (e por extensão, as Forças Armadas) tem interesses corporativos, e pela ótica desses interesses os militares fazem suas avaliações e decidem pela intervenção (ou pela não intervenção).

A terceira carta,¹⁷⁵ 8 de março de 1945, foi escrita pelo General Cordeiro de Farias. O tom da carta é de alcançar a unidade de ação nas decisões emanadas das Forças Armadas. Escreve Cordeiro de Farias:

Em face desse aspecto novo que tomava a política nacional era necessário assentarem os chefes militares, um rumo a dar ao Exército de modo a criar uma unidade espiritual, donde decorreria a unidade de ação.¹⁷⁶

De acordo com o general, a decisão do Exército era o alinhamento completo com a campanha eleitoral. Em posição de vigilância para que não se estabelecesse a anarquia, o que poderia repercutir de maneira negativa no cenário internacional.

¹⁷⁵ AHEx. Acervo do General Góis Monteiro, caixeta n° 12 pasta 2. Documento 18.

¹⁷⁶ AHEx. Acervo do General Góis Monteiro, caixeta n° 12 pasta 2. Documento 18. p. 1.

A busca pela unidade de ação revela que o Exército, as Forças Armadas, estavam divididas e que tentavam garantir, através de um alinhamento, a união na condução do processo de transição.

Segundo Cordeiro de Farias, era preciso, e sem perda de tempo, que ocorresse o entendimento entre os chefes militares da Marinha, Aeronáutica e Exército através de um articulador, escolhido pelos chefes das três forças.

A função deste articulador seria fazer com que o plano de ação elaborado pelas três forças, Exército, Marinha e Aeronáutica, fosse efetivamente colocado em ação.

A colocação do General mostra que ainda não existia um plano para enfrentar o momento político, articulado entre as três Forças. O general propõe que esse plano de ação tivesse como objetivo:

1° - O compromisso de alheamento completo a campanha eleitoral.

2° - A afirmação de que as Forças Armadas se empenharão decisivamente para que sejam realizadas as eleições e a apuração dentro das aspirações nacionais.

3° - A intervenção enérgica e decisiva das Forças Armadas, no caso de perturbação da ordem, fraude nas eleições, ou, falta de isenção partidária no momento da eleição.¹⁷⁷

Cordeiro de Farias ainda ressalta que o governo precisava tomar medidas para evidenciar a sua sinceridade de não intervir, facciosamente, na campanha eleitoral. Concomitantemente com as medidas do governo, era preciso impedir que *elementos mal intencionados* manobrassem a massa popular, vista como incapaz de raciocinar e sem condições de distinguir a exploração e o embuste.

Parece-nos que, para Cordeiro de Farias, as Forças Armadas eram a única instituição capaz de representar o Estado e, como tal, tinha a obrigação de proteger os seus cidadãos, indefesos, dos *grupos políticos que usam de falsos artifícios para obter vantagens*.

Destacamos também que este pensamento de Cordeiro de Farias, proteção da população pelas Forças Armadas, ainda é resquício do Estado Novo, período em que a população é vista como incapaz, para justificar a ação do Estado.

A missiva ainda apresenta como solução final para os conflitos políticos a intervenção das Forças Armadas de formar ampla na política nacional, ou seja, tomada do poder pelas Forças Armadas.

¹⁷⁷ AHEx. Op. Cit. , p. 2.

Não é descabido, apenas como obra de previsão, admitir a eventualidade de uma medida drástica e extrema, mas de salvação nacional, qual seja a de ser entregue o governo as forças armadas ou ao seu controle, para que rapidamente retome o Brasil o seu rumo de nação civilizada.¹⁷⁸

A ideia de salvação nacional é a justificativa apresentada para um possível arrebatamento do poder pelas Forças Armadas. A fonte menciona ainda que, caso Vargas se candidatasse, dias trágicos viriam e só teriam fim com uma intervenção da instituição militar.

Da carta de cordeiro de Farias, observamos que o modelo ideológico— proposto por José Murilo¹⁷⁹ e denominado de: intervenção controladora ou moderadora¹⁸⁰, intervencionismo controlador¹⁸¹ e intervencionismo tutelar¹⁸²— estava sujeito aos conflitos políticos dentro da própria instituição militar.

A quarta carta, datada de 8 de março de 1945¹⁸³, é do Brigadeiro Gervásio Duncan. É interessante, pois representa a visão de um oficial general da Aeronáutica, sobre qual seria a forma de atuação das Forças Armadas em 1945, e revela com mais clareza o pensamento autoritário dentro das Forças Armadas.

Para o Brigadeiro, a fiscalização do pleito, pelas Forças Armadas, era uma intromissão indébita do governo e serviria de instrumento de ataque da oposição.

¹⁷⁸ AHEX. Op. Cit. p, 3.

¹⁷⁹ Segundo José Murilo, este modelo de ideologia de intervenção na política, pelas Forças Armadas, só se tornou viável graças às mudanças organizacionais implementadas a partir da década de 1930. Ver: CARVALHO, José Murilo de . *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador In: Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 42.

¹⁸⁰ CARVALHO, J.M. Op. Cit. , p. 42. José Murilo destaca que na visão de Klinger, em 1930, as Forças Armadas deviam exercer o papel de árbitro entre o governo eleito e o governo vitorioso na luta armada. Era o intervencionismo de generais ou do Estado-Maior, o intervencionismo da organização e não apenas de alguns dos seus membros.

¹⁸¹ CARVALHO, José Murilo de . *Forças Armadas e Política 1930-1945*. In: *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p, 96. Segundo Murilo, o projeto do intervencionismo controlador foi formulado por Góis e aparece no documento enviado a Vargas no início de 1934. De acordo com Murilo, o documento previa: ampla interferência estatal em todos os setores, ênfase na defesa externa e na segurança interna, preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno da idéia nacional, industrialismo nacionalista , e a liderança das Forças Armadas, sobretudo do Exército, na condução das mudanças, a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado.

¹⁸² CARVALHO, J.M. Op. Cit., p. 108. José Murilo apresenta os seguintes elementos constitutivos para este modelo: Estado como fator preponderante na vida política; a necessidade da formulação e implementação pelo Estado de uma política nacional e elites bem treinadas para dirigir o Estado. A elite bem treinada e capaz de dirigir o Estado seria oriunda das Forças Armadas.

¹⁸³ AHEX. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 12 pasta 2. Documento 19

Já a atuação das Forças Armadas após as eleições, isto é, a posse dos candidatos eleitos, era para o Brigadeiro o mais importante. As Forças Armadas deveriam respeitar os incisos da legislação e as normas do bom senso.

Gervásio Duncan faz uma análise do momento político brasileiro e chega à seguinte conclusão: o país encontrava-se nesta situação, quase sendo arrastado para a guerra civil, porque o princípio da autoridade havia sido posto em cheque, ameaçando a estrutura do governo. Para ele, o governo havia aberto uma brecha na sua armadura ao abandonar a sua estrutura de força e o estado de emergência liberando a imprensa da cesura.

Percebemos que a carta do Brigadeiro demonstra claramente o pensamento autoritário. Autoritarismo entendido por Fernando da Silva Rodrigues como:

... um poder empregado na estrutura dos sistemas políticos, regimes que privilegiam a autoridade governamental, concentrado o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um órgão e colocando em posição secundária as Instituições representativas. Nesse quadro, a posição e a autonomia dos subsistemas políticos normalmente são reduzidas à expressão mínima ou extintas e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou desmobilizadas.¹⁸⁴

Ainda sobre o pensamento autoritário nas Forças Armadas, Edmundo Campos destaca: “É no pensamento autoritário (de Alberto Torres a Oliveira Viana) que os militares buscam os modelos de organização nacional”¹⁸⁵

O Brigadeiro ressaltou que era importante para a estabilidade de um Estado o acatamento do Chefe Supremo. O desprestígio da autoridade do governo tinha conseqüências para todos os seus escalões, o que mais tarde ou mais cedo legitimaria a intervenção da Forças Armadas que não subsistiriam sem o princípio da autoridade.

Observamos neste ponto da fonte que a sobrevivência da instituição militar é o argumento apresentado para legitimar a Intervenção Militar na política. Como destaca Edmundo Campos: “Em última instância, Stepan não tem como refugar ante o peso específico dos interesses corporativos dentre os quais a auto preservação institucional é o mais básico”¹⁸⁶.

¹⁸⁴ RODRIGUES, Fernando da Silva . Estado, Forças Armadas, Autoritarismo e Racismo: Por um debate teórico. In: *Indesejáveis: Instituição, pensamento político e formação profissional dos Oficiais do Exército brasileiro (1905 – 1946)*. Jundiaí-SP: Paco, 2010, p. 44.

¹⁸⁵ COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil*. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, nº 19, p. 5-19, 1º Semestre de 1985, p. 14.

¹⁸⁶ COELHO, E. C. Op. Cit. p, 9.

A carta destaca que existe um único mal no panorama político nacional: o desprestígio da autoridade. De acordo com a fonte, a raiz da contestação do princípio da autoridade encontra-se no erro cometido pelos homens que dirigiram a educação e o ensino do povo desde 1930: “Não souberam orientar a opinião dos instruendos¹⁸⁷ para o repúdio das idéias democráticas ou demagógicas conforme se as deseje interpretar”¹⁸⁸.

Na visão do Brigadeiro, era impossível e perigoso para o governo restabelecer as medidas de cerceamento das liberdades democráticas, tendo em vista já ter se pronunciado a favor da abertura política. A verdade política tinha variações e matizes de acordo com as épocas, isto é, fatos que foram aceitos de bom grado como certos em outras datas e não o eram mais.

Ainda segundo ele, o princípio da autoridade estava abalado, pois uma parcela da nação, sobretudo a elite política, desconfiava das intenções presidenciais de continuar no poder se reelegendo.

A quinta carta¹⁸⁹, 12 de março de 1945, expressa o ponto vista, do general Agostinho Santos, sobre os problemas políticos abordados em reunião na residência do general Góis.

Na introdução da carta, o general Agostinho Santos destaca que o principal assunto tratado, na casa do General Góis, foi como as Forças Armadas deveriam proceder, tendo em vista a realização do próximo pleito presidencial.

Para ele, as Forças Armadas deveriam manter-se alheias às competições políticas, em benefício da disciplina e das suas elevadas finalidades, e prontas para agir na manutenção da ordem pública e da unidade nacional.

O General destaca a impraticabilidade de a instituição militar fiscalizar o pleito sem molestar os preceitos legais, a não ser que o Presidente viesse a autorizar tal procedimento.

Na conclusão da carta, Agostinho Santos retoma a temática de que as Forças Armadas deveriam abster-se de tomar posições partidárias em benefício da ordem, para evitar conflitos sociais e outras perturbações que trariam repercussões negativas no exterior.

¹⁸⁷ Sinônimo de alunos.

¹⁸⁸ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 12 pasta 2. Documento 19. p. 4.

¹⁸⁹ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 12 pasta 2. Documento 20.

Por fim, a última carta¹⁹⁰, datada de 12 de março de 1945, o General Renato Paquet, responde aos itens solicitados pelo General Góis no que tange à atuação das Forças Armadas. Nela ele preconiza o distanciamento dos militares em agitações políticas partidária.

Para Paquet era necessário, que todos os esforços fossem empregados para a manutenção de uma completa harmonia no seio das classes armadas, independente dos candidatos apresentados para a campanha eleitoral, até a candidatura de Getúlio Vargas.

Para o General, era função dos magistrados e juristas o encargo das eleições, inclusive a sua fiscalização. Caberia as Forças Armadas garantir a liberdade e legitimidade do voto.

O general acrescenta um novo item na pauta da reunião: as classes armadas garantirão e prestigiarão o atual governo, buem como o seu substituto eleito pelo povo.

É possível, além das cartas dos oficiais gerais enviadas a Góis, também observamos a influência das Forças Armadas na política brasileira e testamos as teorias e ideologias, em 1945, através de correspondências, endereçadas a Góis, por representantes de outros segmentos da sociedade.

A primeira fonte que destacamos, datada de 18 de dezembro de 1945¹⁹¹, foi remetida por Arlindo Sobral. Ele identifica-se na missiva como operário, trabalhador e mecânico. Tal descrição e o conteúdo da sua carta possibilitam-nos enquadrá-lo como um quererista. O quererismo foi um movimento a favor de Vargas, definido por Jorge Ferreira da seguinte maneira:

O quererismo, antes de ser apressadamente interpretado como a vitória final de um suposto condicionamento homogeneizador da mídia do Estado Novo, expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o “primeiro governo” de Vargas.¹⁹²

Segundo Arlindo Sobral, a retirada de Vargas do poder, em 29 de Outubro de 1945, foi um golpe de Estado levado a efeito pelas Forças Armadas, cujo objetivo final era serem donos do país. Destaca o missivista:

¹⁹⁰ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Documento 21.

¹⁹¹ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 5. Documento 6.

¹⁹² FERREIRA, Jorge. A Democratização de 1945 e o Movimento Quererista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo da Experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p, 15.

A marcha dos tanques na noite de 29 de outubro contra o Guanabara, ficará marcada como uma marcha negra nas páginas da história, servindo de vergonha para as gerações futuras.¹⁹³

Ele ressalta, ainda que a deposição de Vargas não representou a vontade unânime do povo como afirmaram os generais, pois o povo elegeu Vargas para senador e deputado federal nas eleições de 2 de dezembro. Afirma o mecânico:

Enganam-se os senhores dos bordados, que se fazem defensores do povo, quando na realidade são uns verdadeiros sangue-suga do thesouro, e por isso mesmo não podem falar ou cometer qualquer acto político em nome do povo.¹⁹⁴

De acordo com a escrita do operário, as Forças Armadas tem vontade política autônoma, movida por interesses particulares da instituição e implantada em último caso pelo monopólio da força. Como ele mesmo destaca na fonte: “só aspiram aumento de vencimentos e o trabalhador que se arrange”¹⁹⁵.

A visão do operário sobre a ação política das Forças Armadas, em 1945, vai ao encontro da interpretação de Edmundo Campos. De acordo com este autor a instituição castrense tem interesses corporativos, não necessariamente aumento de salário, e assim orientam-se politicamente.

Encontramos também no acervo de Góis Monteiro uma fonte muito interessante, datada de 22 de setembro de 1945¹⁹⁶, que representa a percepção de um membro de outra parcela da sociedade brasileira.

A carta do Presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem, José Soares, traz dados e revelações importantes sobre a conjuntura econômica, social e política do país no ano de 1945, entretanto, o mais importante é como José Soares relaciona estes dados com atuação política das Forças Armadas no Brasil em 1945.

O documento ressaltar que a indústria têxtil brasileira representava o emprego de 350.000 mil operários, movimentando o valor econômico de quase 10 bilhões de cruzeiros anualmente¹⁹⁷. Dados que, segundo o presidente do sindicato, levou o Brasil

¹⁹³ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 5. Documento 6.

¹⁹⁴ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 5. Documento 6.

¹⁹⁵ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 5. Documento 6.

¹⁹⁶ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Documento 26.

¹⁹⁷ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Documento 26. p. 1.

pela primeira vez na história econômica do país sair de uma posição de nação colonial para se apresentar como um país de indústria no exterior.

A solicitação de José Soares para Góis é a de que a indústria têxtil tivesse garantias de ordem interna e tranqüilidade para o trabalho, pois os mercados do Paraguai, Bolívia, Chile e Uruguai poderiam ser do Brasil enquanto reinasse a tranqüilidade.

A colocação do Presidente do sindicato, sobre a função das Forças Armadas na sociedade, está totalmente clara: as Forças Armadas é a única instituição nacional capaz de promover a ordem interna.

José soares ainda destaca que o domínio econômico sobre outros países garante a cooperação no campo político e auxilia em questões militares. Com ele mesmo escreve:

A importância dessa política industrial pode ser perfeitamente compreendida pelo Ministro da Guerra, que já foi chefe do Estado Maior e que sabe qual o valor das posições econômica nos problemas militares.¹⁹⁸

O documento sugere que existia uma tentativa de cooptação das Forças Armadas por um segmento da sociedade. Os donos das Indústrias têxteis viam nos conflitos políticos internos a possibilidade de perdas na área econômica.

O argumento do presidente do sindicato era lógico: as indústrias têxteis brasileiras teriam mais rentabilidade na venda de tecido e os militares brasileiros, teriam cooperação militar de outros países da América do Sul. Relata José Soares:

O Paraguai não poderá pagar, em dinheiro, ao Brasil, os tecidos de que necessita. Basta esse ponto para demonstrar que, dentro de poucos anos, a dívida do Paraguai para com o Brasil tornará essa Nação um elemento de cooperação política sem necessidade de ação de qualquer outra natureza. O mesmo poderemos dizer com a Bolívia e, em parte, em relação ao Uruguai.¹⁹⁹

O presidente dos sindicatos acreditava que as Forças Armadas tinham condições de intervir na esfera política, entretanto, a instituição militar não se envolveria politicamente de acordo com a teoria de Alfred Stepan, mas sim buscando interesses organizacionais, tal como: cooperação no campo militar de outros países da América do Sul.

¹⁹⁸ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 12 pasta 2. Documento 26. p, 1.

¹⁹⁹ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 12 pasta 2. Documento 26. p, 2.

José Soares propõe uma solução para a crise política que se encontrar o país. Para Ele o problema encontrar-se na Ordem Jurídica implantada pela constituição de 1937: “O sentimento popular não se identificou com o espírito da constituição de 1937”²⁰⁰. O presidente do sindicato menciona que não adiantava substituir Vargas, homem providencial de 1937, pelo brigadeiro Eduardo Gomes, homem providencial de 1945, ou pelo general Dutra e nem manter o princípio queremista para o presidente Getúlio Vargas.

Para José Soares era preciso ter uma lei básica feita pelo povo, por isto tornava-se necessário convocar uma constituinte para a elaboração de uma constituição, pois era inviável colocar uma assembléia debaixo do poder de um executivo com poderes tão draconianos como os que a constituição de 1937 conferiu ao presidente. Ele ainda ressalta que não era prudente termos uma assembléia constituinte eleita para quatro anos atuando com um executivo eleito para seis anos. E finaliza: “O problema jurídico é a base de toda a nossa necessidade atual”²⁰¹.

Mais uma vez, a decisão, para solucionar a crise política, é colocada sobre a responsabilidade das Forças Armadas. Desta feita transpareceu que a solução era a constituinte com Getúlio o que é interessante, já que, a proposta não vem da classe operária, mas de um representante direto dos donos das indústrias têxtil. Como Ele destaca:

Por isso acho o maior erro político e um verdadeiro crime contra o equilíbrio das forças vivas da nação, será a liquidação do Sr. Getúlio Vargas da vida política nacional, neste momento. O Sr. Getúlio Vargas é o único homem no Brasil que ainda polariza a atenção das massas trabalhistas.

Esta é a realidade pura e simples. A destruição do Sr. Getúlio Vargas como força política no Brasil, feita pelo Exército ou pelas Forças Armadas em conjunto, significará o suicídio de toda a elite militar, com a marcha para a conspiração dos sargentos e dos soldados.²⁰²

Percebe-se na missiva que as Forças Armadas estavam sendo cortejadas por grupos da sociedade que buscavam utilizar a instituição militar para o seu próprio intento. Como destaca José Soares:

Agora todos esses homens se voltam para o novo Ministro da Guerra, cercam o novo Ministro da Guerra e oferecem tudo ao novo Ministro da Guerra,

²⁰⁰ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 12 pasta 2. Documento 26. p, 3.

²⁰¹ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 12 pasta 2. Documento 26. p, 4.

²⁰² AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 12 pasta 2. Documento 26. p, 9.

destacando o Exército como fiador do ritmo que eles querem imprimir aos acontecimentos brasileiros.²⁰³

Esta sedução, mencionada na fonte, que os grupos civis empreendem para cooptar as Forças Armadas, talvez tenha dado subsídios para Stepan formular a sua concepção teórica de atuação política da instituição militar no Brasil de 1930 até o início dos anos 60.

A missiva formula com clareza um elemento do comportamento moderador, trata-se do papel das elites civis na legitimação da intervenção moderadora: os militares são chamados para agir como moderadores da atividade política, porém não tem o direito de realizar qualquer mudança dentro do sistema político. Como se encontra escrito na fonte:

Poucos homens têm a coragem de escrever o que lhe escrevo, mas é necessário que o meu caro General compreenda que o pensamento de um civil em relação a um militar não é diferente do pensamento de um militar em relação a um civil. É claro que o militar pode manifestar esse seu pensamento com toda a liberdade, e o civil mantém em seu íntimo, mas eu seria desleal se não lhe dissesse essa verdade.

E todos os civis que se aproximam dos militares para jogá-los como linha de frente em suas exhibições e conquistas ao poder, nada mais querem dos militares a não serem as baionetas e, no fundo, nutrem por eles e desejo de se libertarem, o mais cedo possível, como de instrumentos úteis mas incômodos²⁰⁴.

Entretanto, Edmundo Campos ressalta que este discurso de atração das Forças Armadas para a esfera de influência dos principais protagonistas político, se ajusta: “perfeitamente bem ao fato de que no Brasil, foram os políticos civis os que formularam a concepção de um poder moderador associado à instituição militar”²⁰⁵.

Encontramos também uma carta endereçada a Góis, de Petrópolis, datada de 5 de junho de 1945²⁰⁶ e assinada por Fábio Sodré, que apresenta uma nova solução para a crise política de 1945.

Não encontramos o nome de Fábio Sodré nos signatários do Manifesto dos Mineiros, redigido em 24 de outubro de 1943²⁰⁷, nem na Ata de fundação da UDN²⁰⁸ de

²⁰³ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Documento 26. p, 7.

²⁰⁴ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2. Documento 26. p, 7.

²⁰⁵ COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil*. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n° 19, p. 5-19, 1° Semestre de 1985. p, 12.

²⁰⁶ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixa n° 12 pasta 2.

²⁰⁷ FRANCO, Virgílio. A. de Mello. Documentos. In: *Campanha da UDN (1944-1945)*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946. p, 110.

7 de Abril de 1945. Entretanto ele aparece, na fonte, como um articulador político que apresenta para UDN a proposta política de Góis para solucionar a crise política de 1945.

Na documentação são as Forças Armadas, através de Góis, que buscam o apoio de uma parcela da elite civil, materializada na UDN, para o seu projeto político a ser implantado na hipótese da UDN concordar com o General.

Cumpro o dever de trazer-lhe a resposta da União Democrática Nacional, que me foi ontem oficialmente comunicada pelo Dr. Arthur Bernardes, inteiramente contrária à fórmula de solução pacífica do problema político brasileiro, da qual, por sua iniciativa e responsabilidade, havia eu tido a de ser portador.²⁰⁹

Parece-nos que a fonte aponta para uma inversão de um dos aspectos da função moderadora das Forças Armadas, formulada por Stepan, ou seja, no lugar de um grupo de civis cooptarem os militares para sua influência são os militares que buscam formar uma coligação vitoriosa com uma parcela da elite política para mudar a ordem vigente.

Tal inversão, segundo Edmundo²¹⁰, de um dos aspectos da função moderadora foi formulada por Antonio Carlos Peixoto em seu trabalho publicado em 1980²¹¹.

A fórmula proposta por Góis e com algumas sugestões de Fábio Sodré foi à seguinte:

Transferência por ato constitucional dos poderes executivos e legislativos do Presidente para o Gabinete ministerial de concentração, que se havia de constituir e ser mantido por indicação partidária, e inteira liberdade dos partidos representantes no governo quanto à questão das candidaturas presidenciais.²¹²

A UDN recusou a proposta de Góis, alegando que Getúlio Vargas não concordaria com a mesma, a não ser se fosse para atrair a UDN para uma cilada, a fim de desmoralizar o partido perante a opinião pública, taxando os componentes do partido de

²⁰⁸ BENEVIDES, M. V. A criação da UDN no crepúsculo do Estado Novo. In: *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 27.

²⁰⁹ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 12 pasta 2. Documento 24. p, 1.

²¹⁰ COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil*. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, nº 19, p. 5-19, 1º Semestre de 1985. p, 12.

²¹¹ PEIXOTO, Antonio Carlos. “*Armée et politique au Brésil: Une critique des modèles d’interprétation*”. In Alain Rouquié (sous la direction de) *Les Partis Militaires au Brésil*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques 1980. p, 65-104.

²¹² AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta nº 12 pasta 2. Documento 24. p, 1.

sedentos por cargos. Para a UDN, Vargas desmoralizaria a oposição e daria outro golpe de estado para restabelecer a ditadura.

De acordo com Fábio Sodré, o envolvimento político das Forças Armadas, desde a proclamação da República em 1889, prejudicou a sua missão principal de estabilização e conservação das instituições.

Observamos que para Fábio Sodré, o padrão correto, e desejável, de comportamento das Forças Armadas seria manter-se longe dos conflitos políticos, abstenção de política ativa, neutralidade nas crises partidárias e agindo unicamente para o restabelecimento de um governo civil democrático.

O padrão desejado por Fábio Sodré, de atuação das Forças Armadas no cenário político brasileiro, é muito interessante, pois, prega uma instituição fora dos conflitos políticos ao mesmo tempo em que admite o envolvimento político das Forças Armadas para o restabelecimento da ordem democrática.

Porém, para Fábio Sodré, este não é o padrão empírico observável depois da proclamação da República. Como Ele mesmo destaca:

O mal da República, porém, o seu vício de origem, foi ter sido imposta à nação pelo Exército, de parceria com uma pequena elite republicana. Daí mui naturalmente o julgar-se o Exército fiador e responsável pela República, freqüentemente atraído para as suas crises políticas, chegando até a exercer funções policiais, malbaratado assim o seu verdadeiro poder e missão nobre de estabilização e conservação das instituições, que exercem em todos os países com a simples presença, abstenção de política ativa e neutralidade nas crises partidárias. ²¹³

Na visão de Fábio Sodré o padrão de atuação das Forças Armadas no cenário político brasileiro, depois da Proclamação da República, foi de ação política direta, perfeitamente observável em 1889, em 1930 e em 1937. Destaca Fábio Sodré:

O exame do nosso panorama político nos mostra, porém, que o que persiste é o domínio das Forças Armadas em que se apoiou o golpe de 1937. Em torno delas e de sua divisão é que gravitam as correntes políticas. ²¹⁴

Diante da análise das cartas aqui utilizadas, é possível perceber que, em 1945, as Forças Armadas não só gozavam de uma posição de destaque no cenário político brasileiro, mas também defendiam para si essa posição. Talvez em função das mudanças

²¹³ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 12 pasta 2. Documento 24. p, 4.

²¹⁴ AHEx. Acervo do General Góes Monteiro, caixeta n° 12 pasta 2. Documento 24. p, 5.

ocorridas na estrutura da organização militar, a partir de 1930, como afirma José Murilo.

Também ficou evidenciado que não havia um plano de ação para o emprego das Forças Armadas. Na tentativa de elaborá-lo ficaram evidentes as divergências, entre elas a questão do apoio a Vargas ganha destaque.

Por fim acreditamos que o modelo teórico organizacional é mais pertinente do que entender os militares como parte do subsistema do sistema político e o modelo ideológico, proposto por José Murilo²¹⁵, talvez não alcance a amplitude desejada em 1945.

²¹⁵ CARVALHO, J. M. Op. Cit. p, 42. José Murilo destaca que na visão de Klinger, em 1930, as Forças Armadas deviam exercer o papel de árbitro entre o governo eleito e o governo vitorioso na luta armada. Era o intervencionismo de generais ou do Estado-Maior, o intervencionismo da organização e não apenas de alguns dos seus membros. Talvez, José Murilo tenha aderido a ideia de Klinger na formulação da ideologia das Forças Armadas assumindo o papel moderador nas disputas políticas entre os grupos civis.

CONCLUSÃO.

Na primeira parte desta monografia vimos que, nos últimos anos do Estado Novo, amplos setores da sociedade se mobilizaram com o intuito de restabelecer as liberdades democráticas cerceadas a partir de 10 de novembro de 1937.

Observamos, também, que a historiografia diverge quanto à importância de cada um desses movimentos de contestação, apesar da maioria dos estudiosos atribuírem ao Manifesto do Mineiro a ideia de precursor dos movimentos contra o Estado Novo.

Com o processo de redemocratização em curso, foi possível verificar um embate entre o governo e a oposição. Os dois grupos atribuíam, no entanto, para si a conquista da abertura política que se descortinava no horizonte.

Tanto o governo como a oposição foram capazes de detectar que o momento político era insuportável para a permanência do Estado Novo.

A análise do relatório número 10 da Subseção de Informação do Ministério da Guerra, datado de dezembro de 1944, demonstrou que, mesmo com o processo de redemocratização em andamento, os aparelhos de repressão do Estado atuavam em pleno vapor, com prisões e levantamento de informação de pessoas consideradas subversivas.

No relatório, ficou claro que o Exército, através dos seus órgãos de Inteligência, fazia uma sondagem diária da situação sócio-política do país, cujo objetivo era fornecer dados empiricamente comprováveis para as decisões dos Chefes Militares.

Na segunda parte do trabalho foi possível observamos, através do debate das principais correntes de interpretação sobre a atuação dos militares na política brasileira, a maior aplicabilidade, em 1945, da teoria organizacional, pois acreditamos que o estudo profundo da instituição militar e a sua relação com o meio externo pode levar-nos a uma compreensão maior da atuação política dos militares no ano de 1945.

Apesar de não acreditamos no emprego da teoria de Alfred Stepan ²¹⁶ para a compreensão da atuação política dos militares no ano de 1945, é importante destacar o esforço empreendido pelo cientista político para formular uma teoria que possibilitasse o entendimento da ação dos militares na política brasileira.

²¹⁶ STEPAN, Alfred. O Padrão Moderador das Relações entre Cívicos e Militares: Brasil, 1945-1964. In: *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 46.

Na última parte da monografia evidenciou-se que trajetória política e militar de Góis Monteiro sinaliza a sua importância na vida política brasileira de 1930 até o ano 1945, tendo o referido militar desempenhado um papel importante na revolução de 1930, na instauração do Estado Novo e na deposição Vargas, em 29 de Outubro 1945.

Por fim, através da análise das cartas enviadas a Góis, foi possível perceber pontos de convergência e divergência entre os militares. Os oficiais gerais acreditavam que as Forças Armadas eram fiadoras da ordem interna e protetoras das instituições do país. Nesse caso, a intervenção na política estava legitimada para a manutenção da ordem interna.

Entretanto, acreditamos que a instituição militar, como parte do jogo político nacional, avaliava a situação política e fazia as suas escolhas de acordo com os interesses na organização.

Divergências também apareceram nas cartas. A principal delas foi quanto ao apoio a Vargas na crise política de 1945. Alguns missivistas admitiam a continuidade do apoio a Vargas, enquanto outros pregavam que a permanência de Vargas significaria o caos e a desordem social.

Estas divergências sugerem cautela no emprego do modelo interpretativo pregado por José Murilo de Carvalho²¹⁷, pois, em 1945, a atuação política dos militares, não representou a vontade da instituição como um todo, já que, não havia consenso em pontos cruciais nas missivas enviadas a Góis.

As divergências apontam, ainda, que devemos ter cuidado em relação à hipótese de João Roberto Martins Filho²¹⁸, de que antes da eclosão de segunda Guerra Mundial o Exército era uma organização purificada política, social e ideologicamente.

Já as cartas dos representantes de outros segmentos das sociedades conferem às Forças Armadas uma grande importância política no ano de 1945. A instituição militar também aparece como mantenedora da ordem interna e movida por interesses da própria instituição.

²¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p, 13.

²¹⁸ FILHO, João Roberto Martins. *Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo da Experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p, 104.

Para finalizar, cabe ressaltar, o objetivo central desse trabalho não foi esgotar o tema aqui abordado, mas contribuir com novos subsídios para a discussão da atuação dos militares na política brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO.

ACERVO PESSOAL DO GENERAL PEDRO AURÉLIO DE GÓIS MONTEIRO:

caixeta nº 12 pasta 2. Documento 15.
 caixeta nº 12 pasta 2. Documento 16.
 caixeta nº 12 pasta 2. Documento 17.
 caixeta nº 12 pasta 2. Documento 18.
 caixeta nº 12 pasta 2. Documento 19.
 caixeta nº 12 pasta 2. Documento 20.
 caixeta nº 12 pasta 2. Documento 21.
 caixeta nº 12 pasta 2. Documento 24.
 caixeta nº 12 pasta 2. Documento 26.
 caixeta nº 12 pasta 5. Documento 6.

Artigos, capítulos de livros e livros

BARROS, José D'Assunção Barros. *O campo da História: Especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BENEVIDES, M. V. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CARONE, Edgard. *A República Liberal II evolução política 1945-1964*. São Paulo: Difel, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil*. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, nº 19, p. 5-19, 1º Semestre de 1985.

COUTINHO, Lourival. *O General Góes Depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos Políticos e Frentes Parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo da Experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Jorge. A Democratização de 1945 e o Movimento Queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo da*

Experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org). *O tempo da Experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANCO, Virgílio. A. de Mello. *Campanha da U.D.N (1944-1945)*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946.

HUNTINGTON, Samuel. **O** *Estado e o Soldado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*; tradução de José Lívio Dantas – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

LANNING, Michael Lee. *Chefes, Líderes e Pensadores Militares*; tradução de Ulisses Lisboa Perazzo Lannes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

RAMOS, Plínio de Abreu. Góes Monteiro. In: ABREU, Alzira Alves (Coord). *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930*. [et al.] Ed. rev. E atual — Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Indesejáveis: Instituição, pensamento político e formação profissional dos Oficiais do Exército brasileiro (1905 – 1946)*. Jundiaí: Paco, 2010.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SILVA, Hélio. *1945: Porque depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O General Dutra e a Redemocratização de 45*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

